

**CÓDIGO UASG: 927337**  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90031/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00045.057382/2025-85**  
**GERÊNCIA DE NUTRIÇÃO – GENUT-DAE-FMS**  
**LICITAÇÃO COM COTA EXCLUSIVA PARA ME E EPP**

A Fundação Municipal de Saúde –FMS torna público aos interessados, que fará realizar licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo **Menor Preço por item**, conforme especificações no formulário padronizado da proposta (Anexo), em conformidade como os preceitos da Lei Federal nº 14.133, de 01º de abril de 2021, Lei Complementar nº123/06 e suas alterações posteriores, do Decreto nº 25.627, de 01º de fevereiro de 2024, e pelos demais instrumentos específicos aplicáveis ao objeto, ainda que não citados expressamente, e condições estabelecidas neste Edital.

<b>DADOS DO CERTAME</b>	
<b>Disponibilidade do Edital</b>	<b>01/04/2026</b>
<b>OBJETO</b>	Aquisição de utensílios de cozinha destinados às Unidades de Alimentação e Nutrição da Rede Hospitalar, ao Hospital de Urgência de Teresina (HUT), à Rede Alyne e aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), vinculados à Fundação Municipal de Saúde (FMS), de acordo com as especificações e demais condições estabelecidas neste documento.
<b>Endereços eletrônicos para retirada do Edital, recebimento de propostas e documentos, abertura e disputa de preços</b>	<a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a> , <a href="https://www.tce.pi.gov.br">https://www.tce.pi.gov.br</a> , <a href="https://site.fms.pmt.pi.gov.br">https://site.fms.pmt.pi.gov.br</a>
<b>Prazo para envio da proposta/documentação</b>	<b>Até 17/04/2026, às 08 horas e 59 min</b>
<b>Valor estimado</b>	<b>Valor Anual Estimado : R\$ 178.378,78</b> (Cento e setenta e oito mil, trezentos e setenta e oito reais e setenta e oito centavos)  (X) Estimado ( ) Máximo ( ) Referência ( ) Orçamento Sigiloso

<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Fonte: 600/659. Despesa: 339030. Unidade: 002</b>
<b>Natureza do objeto</b>	(x) AQUISIÇÃO ( ) SERVIÇO
<b>Esclarecimentos/Impugnações</b>	Até <b>14/04/2026</b> para o e-mail: samirasenalicitacao@gmail.com
<b>Início da Sessão Eletrônica</b>	<b>Abertura e início da sessão de disputa de preços: às 09:00h do dia 17/04/2026.</b>
<b>Participação – MEI / ME /EPP</b>	( X ) Licitação Exclusiva para MEI / ME / EPP – Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/06 ( ) Licitação com itens/grupos cotas de até 25% reservadas para MEI / ME /EPP – Art. 48, III da Lei Complementar nº 123/06. ( ) Licitação de Ampla Participação com justificativa.
<b>Subcontratação</b>	( ) Permitida a subcontratação no limite legal de 30% do objeto. ( X ) Vedada a subcontratação.
<b>INFORMAÇÕES</b>	
<b>Pregoeiro(a)</b>	Samira Mara Ciríaco Sena
<b>Endereço</b>	Diretoria de Compras Públicas da FMS, localizada na Rua Governador Artur de Vasconcelos, 3015, Aeroporto, Teresina-PI – CEP: 64.002-595, telefone: 86-3228-8761
<b>Referência de Tempo:</b> Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o <b>horário de Brasília –DE.</b>	
<b>PROBLEMAS COM CONEXÃO E/OU DÚVIDAS SOBRE O SITE “GOV.BR/COMPRAS”:</b> Capitais e Regiões metropolitanas: Tel.: 0800-978-9001. Demais Localidades: Tel.: 0800-978-9001 e site: <a href="https://portaldeservicos.gestao.gov.br/pt#/">https://portaldeservicos.gestao.gov.br/pt#/</a>	
<b>DEFINIÇÕES DA PARTE ESPECÍFICA.</b>	
<b>Forma de apresentação da proposta</b>	( X ) POR ITEM (lances se darão pelo valor total de cada item) ( ) POR LOTE ANUAL (lances se darão pelo valor total do lote)
<b>Critério de julgamento e intervalo de diferença entre os lances</b>	( ) MENOR PREÇO POR LOTE ( ) MAIOR DESCONTO POR LOTE ( X ) MENOR PREÇO POR ITEM, ( ) MAIOR DESCONTO POR ITEM ( ) TABELA DE PREÇO PRATICADA NO MERCADO O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de R\$ 0,10 (Dez centavos).

<b>Consórcio</b>	( ) Poderão participar empresas em consórcio, (X) Não poderão participar desta contratação consórcios de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação à participação de consórcio neste certame justifica-se diante da natureza do objeto licitado, o qual apresenta natureza comum, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive empresas de pequeno e médio porte que, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, não implicando qualquer limitação quanto à competitividade.
<b>Validade da proposta</b>	A proposta comercial terá validade mínima de <b>90 (noventa) dias</b> , a contar da data da abertura da sessão pública.
<b>Modo de disputa</b>	( ) ABERTO (X) ABERTO E FECHADO ( ) FECHADO E ABERTO

## SEÇÃO I - DO OBJETO

1.1.O objeto da presente solicitação de licitação tem por finalidade a **Aquisição de utensílios de cozinha** destinados às Unidades de Alimentação e Nutrição da Rede Hospitalar, ao Hospital de Urgência de Teresina (HUT), à Rede Alyne e aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), vinculados à Fundação Municipal de Saúde (FMS), de acordo com as especificações e demais condições estabelecidas neste documento, conforme especificações constantes na planilha abaixo

## 1.2. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

COTA EXCLUSIVA							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	E-GOVENE	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Abridor de latas em alumínio.	UND	27575	437939	12	R\$ 3,00	R\$ 36,00
2	Afiador de faca em alumínio 30 cm.	UND	27598	328784	20	R\$ 18,05	R\$ 361,00
3	Abafador para cobrir alimentos de plástico atóxico, lavável, resistente, tamanho grande.	UND	17997	355304	27	R\$ 12,79	R\$ 345,33
4	Assadeira de vidro quadrada com tampa capacidade 750ml.	UND	17998	628781	5	R\$ 30,61	R\$ 153,05
5	Bacia de plástico atóxico, capacidade de 10 litros.	UND	42435	326593	19	R\$ 13,48	R\$ 256,12

6	Bacia de alumínio polido, 40cm de diâmetro.	UND	5062	236285	28	R\$ 39,18	R\$ 1.097,04
7	Bacia de alumínio polido, 50 cm de diâmetro.	UND	27601	236286	13	R\$ 54,29	R\$ 705,77
8	Bacia de plástico atóxico, capacidade 15 litros.	UND	27604	320839	25	R\$ 24,39	R\$ 609,75
9	Bacia plástica atóxico, capacidade 40 litros.	UND	27603	292589	7	R\$ 30,59	R\$ 214,13
10	Bacia de plástico atóxico, capacidade 25 litros.	UND	42434	292588	9	R\$ 26,50	R\$ 238,50
11	Bacia de plástico atóxico, capacidade 5 litros	UND	27605	355097	34	R\$ 12,80	R\$ 435,20
12	Bacia Plástica atóxico, capacidade 2 litros.	UND	42436	355090	13	R\$ 6,70	R\$ 87,10
13	Bacia em alumínio polido, 30 cm de diâmetro.	UND	42465	237926	16	R\$ 27,23	R\$ 435,68
14	Bandeja de polietileno alta, cor branca, tamanho grande.	UND	44080	420651	12	R\$ 27,47	R\$ 329,64
15	Bandeja de polietileno alta, cor branca, tamanho médio.	UND	44081	420650	4	R\$ 42,48	R\$ 169,92
16	Bandeja retangular em aço inoxidável lisa medindo 49,1 (comprimento) x 33,1(largura) cm.	UND	34054	624519	12	R\$ 149,50	R\$ 1.794,00
17	Bandeja em aço inox, com alça, 48/32cm.	UND	27606	269353	11	R\$ 128,48	R\$ 1.413,28
18	Batedor de bife manual em alumínio maciço.	UND	27608	628082	2	R\$ 33,09	R\$ 66,18
19	Batedor de Alumínio tipo Fouet.	UND	2031	334505	2	R\$ 11,93	R\$ 23,86
20	Bule em alumínio, capacidade 05 litros.	UND	42439	335113	9	R\$ 96,38	R\$ 867,42

21	Caçarola de alumínio reforçado, linha Hotel, com tampa, 02 alças capacidade 20 litros, Nº 38.	UND	44087	365873	11	R\$ 149,99	R\$ 1.649,89
22	Caçarola de alumínio reforçado, linha Hotel, com tampa, 02 alças capacidade 8 litros.	UND	44085	254386	16	R\$ 81,61	R\$ 1.305,76
23	Caçarola de alumínio reforçado, linha Hotel, com tampa, 02 alças capacidade 31 litros, Nº 45.	UND	44088	267910	21	R\$ 201,02	R\$ 4.221,42
24	Caçarola de alumínio reforçado, linha Hotel, com tampa, 02 alças, Nº60.	UND	44090	257722	5	R\$ 454,41	R\$ 2.272,05
25	Caçarola de alumínio reforçado, linha hotel, com tampa, 02 alças capacidade 5 litros, Nº 24.	UND	42444	357235	16	R\$ 46,68	R\$ 746,88
26	Caçarola de alumínio reforçado, linha Hotel, com tampa, 02 alças capacidade 12 litros, Nº 32.	UND	44086	365869	11	R\$ 89,42	R\$ 983,62
27	Caçarola de alumínio reforçado, linha hotel, com tampa, 02 alças capacidade 45 litros.	UND	42451	622944	11	R\$ 312,59	R\$ 3.438,49
28	Caixa organizadora com tampa de plástico, capacidade 17 Litros Tamanho Aproximadamente 16 x 52 cm.	UND	42455	438009	15	R\$ 37,81	R\$ 567,15

29	Caixa plástica para frigorífico 40 Litros, cor branca de polietileno de alta densidade.	UND	32186	410281	8	R\$ 82,35	R\$ 658,80
30	Caldeirão de alumínio reforçado, linha Hotel, com tampa, 02 alças, capacidade 45 Litros, Nº 40.	UND	44091	283204	14	R\$ 221,93	R\$ 3.107,02
31	Caldeirão de alumínio reforçado, com tampa, 02 alças, capacidades 38 litros, Nº 38.	UND	44092	297301	5	R\$ 210,88	R\$ 1.054,40
32	Caldeirão de alumínio, linha Hotel, com tampa, 02 alças, capacidade 15 litros, Nº 28.	UND	42453	331900	7	R\$ 125,97	R\$ 881,79
33	Coador de pano (100% algodão) para café, tamanho Grande.	UND	42443	440719	68	R\$ 9,16	R\$ 622,88
34	Colher de sopa, em inox, sem cabo de polietileno.	UND	32213	232833	2.040	R\$ 3,96	R\$ 8.078,40
35	Colher grande em alumínio fundido.	UND	44083	631603	48	R\$ 50,11	R\$ 2.405,28
36	Colher grande, em inox, com cabo polietileno	UND	42441	240322	2	R\$ 57,81	R\$ 115,62
37	Colher para caldeirão em polietileno, plana, sem furo, tamanho 7,5 x 60 cm.	UND	17529	465662	6	R\$ 35,96	R\$ 215,76
38	Colher para caldeirão em polietileno, côncava, tamanho médio 45 cm.	UND	42444	455638	20	R\$ 41,63	R\$ 832,60
39	Colher para servir arroz, em inox, tamanho grande.	UND	27899	315150	91	R\$ 21,55	R\$ 1.961,05
40	Colher de polipropileno plana, sem furo, Tamanho 34 cm x 5 cm.	UND	12327	623404	19	R\$ 21,50	R\$ 408,50

41	Concha industrial Nº 14 em alumínio resistente, capacidade 500 ml, Com dimensão maior que 40 cm.	UND	40430	283165	8	R\$ 21,84	R\$ 174,72
42	Concha, em inox, com 08 cm diâmetro aproximadamente.	UND	42440	339944	75	R\$ 14,73	R\$ 1.104,75
43	Conjunto de potes mantimentos em polietileno, com 4 peças.	CONJUNTO	44094	305095	16	R\$ 32,60	R\$ 521,60
44	Contentores engradados plásticos (fenestrados) para hortaliças e frutas, dimensão 500 x 300x 230cm.	UND	27657	388623	58	R\$ 46,61	R\$ 2.703,38
45	Copo de plástico resistente, atóxico com alça.	UND	27905	609866	100	R\$ 5,27	R\$ 527,00
46	Cortador de legumes com tripé, em alumínio.	UND	27656	339435	18	R\$ 187,31	R\$ 3.371,58
47	Cuscuzeiro linha hotel em alumínio reforçado, Nº 38.	UND	42454	631605	18	R\$ 173,62	R\$ 3.125,16
48	Cutelo em aço inox com cabo de polietileno.	UND	27644	331212	12	R\$ 37,69	R\$ 452,28
49	Depósito plástico retangular com tampa, capacidade 03 litros.	UND	27659	249089	23	R\$ 15,53	R\$ 357,19
50	Depósito plástico retangular com tampa, capacidade 05 litros.	UND	27660	238805	46	R\$ 19,61	R\$ 902,06
51	Depósito plástico retangular com tampa, capacidade 10 litros.	UND	27163	304384	30	R\$ 26,58	R\$ 797,40
52	Depósito plástico atóxico, retangular com tampa, capacidade 18 litros.	UND	32216	370149	20	R\$ 33,37	R\$ 667,40
53	Depósito plástico retangular com tampa, capacidade 30 litros.	UND	43131	433106	34	R\$ 115,22	R\$ 3.917,48

54	Escorredor de prato, em inox, para 20 pratos.	UND	27669	398237	5	R\$ 164,43	R\$ 822,15
55	Escorredor de talheres em plástico resistente com divisória.	UND	42465	397191	7	R\$ 18,92	R\$ 132,44
56	Escorredor PARA macarrão em plástico resistente, tamanho Grande, com cabo.	UND	46259	395163	9	R\$ 12,08	R\$ 108,72
57	Escorredor para macarrão em alumínio, 40 cm de diâmetro	UND	5091	424013	19	R\$ 21,85	R\$ 415,15
58	Escumadeira em aço Inox, com 14 cm de diâmetro.	UND	32170	302944	38	R\$ 25,15	R\$ 955,70
59	Espátula para bolo em aço inox.	UND	42457	609927	9	R\$ 16,43	R\$ 147,87
60	Espremedor de alho em alumínio reforçado.	UND	42458	357203	10	R\$ 15,32	R\$ 153,20
61	Espremedor de batata , em alumínio, tipo chapa cravada.	UND	5317	357202	11	R\$ 34,81	R\$ 382,91
62	Faca de cozinha para carne, com lâmina em inox, com cabo anatômico em polipropileno branco 8".	UND	42692	455573	84	R\$ 24,26	R\$ 2.037,84
63	Faca de mesa, em inox, sem cabo de polietileno.	UND	27612	356113	2.113	R\$ 5,01	R\$ 10.586,13
64	Faca para açougueiro com cabo branco polietileno, tamanho 30 cm.	UND	42459	286744	20	R\$ 24,85	R\$ 497,00
65	Faca para corte de legumes, lâmina em inox, cabo anatômico em polietileno 6", cor branca.	UND	42693	355721	83	R\$ 22,08	R\$ 1.832,64
66	Forma para pão retangular, em alumínio antiaderente, 30 cm.	UND	44102	222505	11	R\$ 32,49	R\$ 357,39



67	Forma Assadeira em alumínio, redonda, alta, nº 45	UND	27221	616123	12	R\$ 58,15	R\$ 697,80
68	Forma Assadeira em alumínio, retangular alta, nº 03	UND	27223	465744	12	R\$ 42,87	R\$ 514,44
69	Forma Assadeira em alumínio, retangular alta, nº 04	UND	27226	236265	27	R\$ 46,53	R\$ 1.256,31
70	Forma Assadeira em alumínio, retangular baixa, nº 04	UND	27225	459967	13	R\$ 35,67	R\$ 463,71
71	Forma para bolo, redonda, de alumínio, com furo e diâmetro aproximado de 40 cm.	UND	27938	236266	16	R\$ 30,98	R\$ 495,68
72	Forma redonda para bolo em alumínio, com furo, diâmetro 30 cm, Nº30.	UND	44103	248968	24	R\$ 35,72	R\$ 857,28
73	Frigideira em alumínio fundido, com cabo, 30 cm de diâmetro.	UND	27665	352908	25	R\$ 65,90	R\$ 1.647,50
74	Frigideira em alumínio fundido, com cabo, 50 cm de diâmetro.	UND	27666	442943	21	R\$ 175,35	R\$ 3.682,35
75	Frigideira em aço inox, com teflon, com 25 cm de diâmetro, CABO EM BAQUELITE.	UND	43135	313574	29	R\$ 99,22	R\$ 2.877,38
76	Gastronorm GN1/1 100mm, lisa, em aço inox, Tamanho padrão internacional, compatível com forno combinado, Utilizado no preparo de legumes e na distribuição de alimentos, Dimensões 530 mm (Comprimento) x 325 mm (Largura).	UND	48091	630487	92	R\$ 129,05	R\$ 11.872,60

77	Gastronorm GN1/2 100mm, lisa, em aço inox, com tampa e sem alça.	UND	48090	317061	2	R\$ 68,80	R\$ 137,60
78	Garfo de mesa, em inox, sem cabo de polietileno.	UND	27611	437871	2.181	R\$ 2,45	R\$ 5.343,45
79	Garfo para assado, com 02 dentes em inox.	UND	44077	334674	30	R\$ 9,62	R\$ 288,60
80	Garrafa térmica com pressão, capacidade 01 litro.	UND	42466	275682	63	R\$ 44,56	R\$ 2.807,28
81	Garrafa térmica com pressão, capacidade aproximada de 1,8 litros.	UND	42467	355752	37	R\$ 81,99	R\$ 3.033,63
82	garrafa térmica com torneira e alça para transporte, tampa de enroscar, capacidade de 12 litros.	UND	42468	232403	12	R\$ 119,19	R\$ 1.430,28
83	Garrafa térmica para suco e/ou água, com torneira e alça para transporte, capacidade 05 litros.	UND	42469	370718	28	R\$ 70,66	R\$ 1.978,48
84	Garrafa térmica inox, por pressão com ampola de vidro e alça acoplada na bomba, capacidade para 03 litros.	UND	43137	374465	18	R\$ 314,06	R\$ 5.653,08
85	Jarra medidora em plástico, capacidade 1 litro graduada.	UND	42473	283809	46	R\$ 10,95	R\$ 503,70
86	Jarra para suco, em inox, capacidade 02 litros.	UND	42472	242520	29	R\$ 72,51	R\$ 2.102,79
87	Jarra plástica com tampa, graduada, capacidade 02 litros.	UND	44078	367248	57	R\$ 19,28	R\$ 1.098,96
88	Jarra plástica com tampa, graduada,	UND	42471	426094	78	R\$ 37,00	R\$ 2.886,00

	capacidade 05 litros.						
89	Jarra plástica com tampa, graduada, capacidade 03 litros.	UND	44079	424328	47	R\$ 19,54	R\$ 918,38
90	Jarra de vidro para suco, capacidade 1,5 litros.	UND	4764	356505	6	R\$ 24,50	R\$ 147,00
91	Leiteira em alumínio com tampa e cabo, capacidade 05 litros.	UND	42474	343650	12	R\$ 86,71	R\$ 1.040,52
92	Leiteira em alumínio com tampa e cabo, capacidade 10 litros.	UND	17652	343651	5	R\$ 136,33	R\$ 681,65
93	Liquidificador doméstico, capacidade 02 litros.	UND	29840	439372	7	R\$ 149,52	R\$ 1.046,64
94	Mamadeira plástica transparente autoclavável, atóxica, milimetrada com bico e tampa, selo do INMETRO, capacidade 50 ml.	UND	42476	233941	10	R\$ 14,77	R\$ 147,70
95	Mamadeira plástica transparente autoclavel, atóxica, milimetrada com bico e tampa, selo do INMETRO, capacidade 150 ml.	UND	43140	609863	25	R\$ 16,72	R\$ 418,00
96	Mamadeira plástica transparente autoclavável, atóxica, milimetrada com bico de silicone e tampa, selo do INMETRO, capacidade 260 ml.	UND	42477	225410	30	R\$ 78,88	R\$ 2.366,40
97	Monobloco branco em polipropileno e polietileno, capacidade para 50 Litros, para	UND	42479	389420	40	R\$ 70,99	R\$ 2.839,60

	armazenamento de diversas alimentos.						
98	Monobloco em polietileno liso de alta intensidade, capacidade 16 litros, tamanho médio 50 x 30 cm, profundidade 10 cm, Cor branca.	UND	42481	397209	29	R\$ 38,88	R\$ 1.127,52
99	Panela de pressão em alumínio reforçado, capacidade 4,5 litros.	UND	44093	241802	5	R\$ 68,24	R\$ 341,20
100	Panela de pressão em alumínio reforçado, capacidade 20 litros.	UND	27683	616647	14	R\$ 332,44	R\$ 4.654,16
101	Panela de pressão em alumínio, capacidade 7,5 litros.	UND	27678	421716	20	R\$ 140,68	R\$ 2.813,60
102	Papeiro em alumínio, com tampa e cabo, capacidade 02 litros.	UND	44084	397244	43	R\$ 28,34	R\$ 1.218,62
103	Organizador de Talheres com tampa em plástico resistente	UND	2037	323187	12	R\$ 31,50	R\$ 378,00
104	Luvas de segurança em malha de aço inox 100%, tipo açougueiro para proteção de corte de facas e desossa, fio com diâmetro de 0,55 mm e anéis com diâmetro interno de 2,9 mm e externo de 4,0 mm com pulseira malha aço inox para fechamento e ajuste no punho, curta, cinco dedos.	PAR	24544	316463	8	R\$ 311,40	R\$ 2.491,20

105	Par de Luvas térmicas para cozinha, modelo 5 dedos, com tecido de fibra inerente a chama Thermex Tim permeabilizado, forro interno fixo com feltro e tecido de algodão, Tamanho 40 cm.	PAR	27706	626521	14	R\$ 178,23	R\$ 2.495,22
106	Pegador para assado em aço inox.	UND	27957	609390	12	R\$ 12,23	R\$ 146,76
107	Pegador para massa em inox.	UND	42486	344681	39	R\$ 7,37	R\$ 287,43
108	Peneira com 30 cm diâmetro com tela em aço inox.	UND	42488	431338	17	R\$ 36,78	R\$ 625,26
109	Peneira de plástico atóxico, funda, com 30 cm de diâmetro, com cabo.	UND	42484	331945	30	R\$ 10,09	R\$ 302,70
110	Peneira de plástico, atóxico, com aro revestido em plástico de polietileno, com 40 cm de diâmetro, sem cabo.	UND	42485	450388	13	R\$ 22,96	R\$ 298,48
111	Peneira plástica funda em polietileno, 19 cm de diâmetro.	UND	42483	321816	11	R\$ 9,43	R\$ 103,73
112	Pirex refratário, tipo marinex, retangular, tamanho grande.	UND	27704	473455	22	R\$ 51,90	R\$ 1.141,80
113	Placa de corte em polipropileno, cor branca, dimensão 150 cm x 60c m.	UND	18622	437199	2	R\$ 289,01	R\$ 578,02
114	Placa para corte de alimentos/frutas em polietileno na cor amarela, média 40 cm x 30cm.	UND	32182	334889	19	R\$ 68,17	R\$ 1.295,23
115	Placa para corte de carne em polietileno cor branca, com caneleira, média 60	UND	32180	430331	58	R\$ 63,70	R\$ 3.694,60

	cm x 30 cm e 10 mm de altura.						
116	Placa para corte de legumes em polietileno na cor verde, média 40 cm x 30 cm.	UND	32181	416161	43	R\$ 61,80	R\$ 2.657,40
117	Prato de mesa, de vidro fundo, tipo duralex, transparente, diâmetro De 25 cm.	UND	44099	311419	20	R\$ 8,51	R\$ 170,20
118	Prato de mesa, de vidro, tipo duralex, transparente, diâmetro De 25 cm.	UND	27687	222373	842	R\$ 7,15	R\$ 6.020,30
119	Prato de plástico para refeição fundo, diâmetro 25 cm.	UND	17518	389205	190	R\$ 5,01	R\$ 951,90
120	Ralador com 04 faces, lâmina em aço inox e cabo ABS.	UND	27677	261597	33	R\$ 22,51	R\$ 742,83
121	Recipiente térmico para bebidas de polietileno com torneiras embutidas, a prova de gotejamento, capacidade de 10 litros, medindo aproximadamente 42,5 cm x 30 cm x 50 cm, cor cinza.	UND	42491	393573	3	R\$ 130,12	R\$ 390,36
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>							<b>R\$ 178.378,78</b>

**PREÇO MÉDIO ESTIMADO :** R\$ 178.378,78 (cento e setenta e oito mil, trezentos e setenta e oito reais e setenta e oito centavos), consoante Mapa Comparativo de preços SEI ID nº 14250184

**OBS:** Em caso de divergência entre a descrição contida no código (CATMAT ou código e-governe) e da DESCRIÇÃO ESPECÍFICA, contido na tabela de itens acima especificados, prevalecerá a DESCRIÇÃO ESPECÍFICA da tabela.”

### 1.3 Da Classificação dos Bens Comuns:

1.3.1 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 24.007, de 24 de abril de 2023;

1.3.2 O(s) objeto(s) dessa licitação são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei n.º 14.133, de 2021.

#### **1.4 DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

1.4.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura contratual, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021.

1.4.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

1.4.3. O fornecimento dos utensílios será realizado em compra única, considerando que se trata de aquisição destinada a suprir necessidade específica e pontual desta Autarquia, conforme estudo técnico prévio. Não se configura como fornecimento continuado.

#### **SEÇÃO II. DO REGISTRO DE PREÇOS:**

2.1 Não será adotado o Sistema de Registro de Preços nesta contratação, conforme item 2 Termo de Referência, anexado a este Edital.

#### **SEÇÃO III. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Eletrônico e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sistema de Cadastramento Eletrônico até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

#### **3.5. Do Tratamento Diferenciado Conferido à ME/EPP/MEI em Contratações e Licitações Públicas:**

3.5.1. A presente licitação será realizada com participação exclusiva de Microempresas – ME, Microempreendedores Individuais – MEI e Empresas de Pequeno Porte – EPP, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, uma vez que o valor estimado individual de cada item se enquadra no limite legal de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

3.5.2. O tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006 aplica-se a esta licitação em sua integralidade, cabendo ao licitante comprovar o enquadramento como ME, MEI ou EPP, bem como o atendimento às demais exigências



legais e editalícias.

3.5.3. Compete à Administração Pública assegurar a observância do tratamento diferenciado e favorecido exclusivamente às empresas que comprovem, de forma válida, o enquadramento como Microempresa, Microempreendedor Individual ou Empresa de Pequeno Porte.

3.5.4. Não se aplica ao presente certame a sistemática de cota reservada ou de cota principal, prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, tendo em vista que todos os itens da licitação são destinados à participação exclusiva de Microempresas, Microempreendedores Individuais e Empresas de Pequeno Porte.

3.5.5. É vedada a aplicação dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 às empresas que, embora participantes do certame, não atendam aos requisitos legais de enquadramento ou que, no ano-calendário da realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados ultrapassem o limite máximo de receita bruta admitido para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

3.5.6. Para fins de habilitação, o licitante deverá apresentar Declaração de Enquadramento como Microempresa, Microempreendedor Individual ou Empresa de Pequeno Porte, comprovando o atendimento aos limites legais de receita bruta e às demais condições previstas na legislação aplicável.

### **3.6 Da Participação De Consórcios**

3.6.1 Não poderão participar desta licitação consórcios de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação à participação de consórcio neste certame justifica-se diante da natureza do objeto licitado, o qual apresenta natureza comum, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive empresas de pequeno e médio porte que, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, não implicando qualquer limitação quanto à competitividade.

### **3.7. Da Participação de Cooperativas**

3.7.1 No presente Termo de Referência, a escolha da Administração pela vedação à participação de cooperativas se dá em razão das possíveis implicações que a não existência de vínculo de subordinação entre cooperados e cooperativa traria ao longo da execução contratual, causando prejuízos à Administração e aos serviços. Por exemplo, não seria possível exigir que a cooperativa determinasse a imediata substituição de condutor cooperado que viesse a apresentar conduta imprópria, ou viesse a prestar os serviços em desacordo com o determinado no presente Termo de Referência e Contrato. De tal sorte, justifica-se a vedação à participação de cooperativas no certame pretendido.

### **3.8. Da Subcontratação**

3.8.1. A justificativa para não subcontratar em licitações é baseada na busca por maior controle da qualidade e segurança da execução, na preservação da responsabilidade integral da contratada e na evitação de conflitos de interesse. A vedação é justificável quando a subcontratação pode comprometer a economicidade e a eficiência da contratação.

3.8.2. Desta forma, a subcontratação não será adotada, visando:

a) Garantia de qualidade e responsabilidade: A vedação da subcontratação assegura que a



empresa contratada será integralmente responsável pela execução do contrato, sem o risco de delegação de responsabilidades a terceiros desconhecidos do órgão público.

b) Prevenção de conflitos de interesse: A subcontratação pode ser proibida para evitar vínculos de parentesco ou relações comerciais entre a empresa subcontratada e os agentes públicos envolvidos na licitação, fiscalização ou gestão do contrato, conforme o Art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

c) Preservação da qualificação técnica: Se a licitação foi vencida por uma empresa com qualificação técnica específica e indispensável para o serviço, a subcontratação de parcelas relevantes pode comprometer a razão principal da escolha da empresa e a execução adequada do objeto, especialmente se a subcontratada não possuir a mesma expertise.

d) Evitar fraudes e má-fé: A não subcontratação pode ser utilizada como uma medida para coibir fraudes, já que a contratação direta e sem subcontratação dificulta a criação de empresas de fachada e a ocultação de quem realmente executará o serviço.

e) Garantir a economicidade: A vedação pode garantir que a contratação permaneça mais vantajosa economicamente para o órgão público, uma vez que a subcontratação pode acarretar custos adicionais que não estavam previstos no orçamento original.

### **3.9. Garantia da Contratação**

3.9.1. Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia contratual nas contratações públicas é facultativa, ficando a critério da autoridade competente e condicionada à previsão expressa no edital, bem como à análise da complexidade técnica, do risco envolvido na contratação e do custo administrativo decorrente da exigência.

3.9.2. No presente caso, trata-se da aquisição de bens duráveis (utensílios), disponíveis no mercado e com risco reduzido de inadimplemento, considerando a natureza do objeto e o seu fornecimento de forma imediata e integral.

3.9.3. Ressalta-se que o risco de descumprimento contratual pode ser mitigado por outros meios de controle que serão previstos no edital e no contrato, como o pagamento apenas após a prestação do serviço e sua aceitação definitiva, bem como a aplicação das sanções contratuais cabíveis em caso de inadimplemento.

3.9.4. Diante do exposto, não se recomenda a exigência de garantia contratual para a presente aquisição, por se tratar de contratação de objeto padronizado e disponível, o que está plenamente respaldado pelo disposto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

### **3.10 DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA**

3.10.1. Considerando que os utensílios de cozinha a serem adquiridos possuem especificações técnicas claras, objetivas e devidamente descritas no Termo de Referência, não se mostra necessária a exigência de amostra. Tais produtos encontram-se amplamente disponíveis no mercado, sendo possível atestar a conformidade das propostas por meio da análise da documentação técnica e dos catálogos apresentados pelos fornecedores.

3.10.2. Ademais, a dispensa da apresentação de amostra contribui para a celeridade do processo licitatório e evita custos adicionais para as empresas participantes, sem prejuízo ao controle da qualidade, que poderá ser verificado no momento do recebimento do material, mediante conferência com as especificações definidas pela Administração.

**3.11. Não poderão disputar esta licitação:**

3.11.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.12. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.11.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.11.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.11.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.11.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.11.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.11.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.11.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.11.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.12. O impedimento de que trata o item 3.11.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 0 e 0 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 0 e 0 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.17. A vedação de que trata o item 3.11.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **SEÇÃO IV - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação ocorrerá após a fases de lances e apresentação das propostas.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente, os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.4.8.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.4.9.Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.4.10.Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.4.11.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.4.12.a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

4.4.13.os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.4.14.O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.4.15.valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.4.16. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.4.17.O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.4.18.Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.4.19.O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **SEÇÃO V - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1.O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1.Nome da proponente, endereço completo, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou no Distrito Federal;

5.1.2.Preço unitário e total do(s) item(s), devendo estarem inclusos nos preços ofertados todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação (Havendo divergência entre os preços unitários e total, prevalecerá o primeiro e, se a divergência for entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso).

5.1.3.Em caso de produto importado, a empresa deverá traduzir e autenticar todos os documentos que apresentar ao (AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO/COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO), por ocasião de alguma resposta ou comprovação por tradutor público juramentada e consularizado.

5.1.4. A proposta deverá conter correio eletrônico (e-mail) e número de telefone válidos para eventuais comunicações, inclusive notificações.

5.1.5. Valor unitário bem como o valor total do ITEM;

5.1.6. Marca;

5.1.7. Fabricante.

**5.2. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:**

**5.2.1 Valor Global:** O valor global estimado da contratação é de R\$ 178.378,78 (cento e setenta e oito mil, trezentos e setenta e oito reais e setenta e oito centavos).

**5.2.2 Valores unitários:** todos os itens estão com valores estimados conforme item 1.2 do Edital.

**5.2.3** Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor unitário para cada ITEM.

**5.2.4** Os valores que permanecerem acima dos valores estimados no item 1.2 do Edital serão desclassificados.

**5.2.5** O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de **MENOR PREÇO POR ITEM.**

**5.2.6** Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do valor estimado conforme item 1.2 do Edital serão desclassificadas.

**5.2.7** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

**5.3 A proposta deverá conter:**

**5.3.1** Nome da proponente, endereço completo, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou no Distrito Federal;

**5.3.2** Preço unitário e total do(s) item(s), devendo estarem inclusos nos preços ofertados todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação (Havendo divergência entre os preços unitários e total, prevalecerá o primeiro e, se a divergência for entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso).

**5.3.3** Em caso de produto importado, a empresa deverá traduzir e autenticar todos os documentos que apresentar à DCP/FMS, por ocasião de alguma resposta ou comprovação por tradutor público juramentada e consultorizado.

**5.3.4** A proposta deverá conter correio eletrônico (e-mail) e número de telefone válidos para eventuais comunicações, inclusive notificações.

**5.3.5** A proposta deve incluir os catálogos detalhados dos itens oferecidos, os quais devem estar em português, a fim de possibilitar a análise técnica das especificações e características apresentadas.

**5.4 Dos Critérios de Aceitação da Proposta**

**5.4.1** As propostas deverão ter validade não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega e serão selecionadas pelo critério MENOR PREÇO POR ITEM.

**5.4.2** As proponentes deverão apresentar propostas em consonância com as especificações



técnicas do Termo de Referência com respectivas marcas, modelos e preços dos produtos ofertados.

**5.4.3 É indispensável** o parecer técnico, que será emitido por setor técnico do órgão demandante, para os produtos especificados neste Termo de Referência, quando se tratar de objeto de alta complexidade;

**5.4.4** A proposta de preços deve estar em papel timbrado, datada e assinada, contendo especificações detalhadas do produto..

**5.4.5** A proposta de preços deverá estar em papel timbrado, datada, assinada, com especificações em conformidade com o solicitado, contendo indicação clara e detalhada do produto.

**5.4.6** O licitante deverá consignar na proposta o valor unitário e o valor total dos itens para os quais deseja concorrer.

**5.4.7** Todos os itens são considerados bens comuns, nos termos do artigo 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, e deverão atender aos seguintes requisitos:

- **Qualidade e durabilidade:** os utensílios deverão ser fabricados com materiais robustos, seguros para contato com alimentos e de alta resistência, de forma a suportar o uso contínuo e frequente, garantindo sua vida útil prolongada.
- **Segurança alimentar e higiene:** deverão atender às normas de segurança alimentar, sendo confeccionados com materiais não tóxicos e próprios para contato com alimentos, evitando riscos de contaminação cruzada durante o preparo e manuseio.
- **Facilidade de higienização:** deverão possibilitar limpeza e desinfecção adequadas, resistindo a lavagens frequentes, inclusive em altas temperaturas, de modo a assegurar a eliminação de resíduos e micro-organismos.
- **Funcionalidade e adequação:** os utensílios deverão ser compatíveis com as atividades desenvolvidas nas cozinhas hospitalares e de apoio, permitindo preparo, cocção, armazenamento e distribuição de alimentos em larga escala, com praticidade e eficiência.
- **Sustentabilidade:** sempre que possível, recomenda-se a aquisição de utensílios sustentáveis, produzidos com materiais recicláveis ou biodegradáveis, em conformidade com os princípios da sustentabilidade previstos no artigo 5º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021.
- **Catálogo ou ficha técnica:** a empresa licitante deverá apresentar catálogo do produto e/ou ficha técnica dos itens ofertados, contendo descrição detalhada da marca/modelo, características, especificações técnicas e demais informações que possibilitem a avaliação pela Administração.

**5.4.8 Prazo de entrega:** Os itens deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento, em única remessa, nos locais indicados pela Administração.

## **SEÇÃO VI - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,10*).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

- 6.16.Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.17.Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.17.1.Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.17.2.A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.17.3.Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.17.4.No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18.Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.18.1.Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.18.1.1.disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.18.1.2.avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.18.1.3.desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.18.1.4.desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.18.2.Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.18.2.1.empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.18.2.2.empresas brasileiras;
- 6.18.2.3.empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.18.2.4.empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.19.Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para



a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.1.A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.2.O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.3.O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.4.É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21.Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **SEÇÃO VII - DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sistema de Cadastramento Eletrônico;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas). (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital

e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 do Decreto Municipal nº 24.748, de 5 de setembro de 2023.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

#### **SEÇÃO VIII - DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1.A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômicofinanceira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

## **8.2 Exigências de habilitação**

8.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

8.2.1.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.2.1.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.1.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.1.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.2.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.2.1.7. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021;

8.2.1.8. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);

8.2.1.9. Inexistência de Vínculo com a Contratante: Declaração expressa do licitante informando que nenhum de seus sócios, administradores, gerentes ou responsáveis legais possui vínculo empregatício, estatutário, comissionado ou de qualquer outra natureza com a Fundação Municipal de Saúde (FMS), em conformidade com o disposto no art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.2.1.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva conforme o caso.

### **8.2.2. Da Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do

Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal ou Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.2.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.2.2.9. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

### **8.2.3. Da Qualificação Econômico-Financeira**

8.2.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (Decreto Municipal nº 23.847, de 2023), ou de sociedade simples;

8.2.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.2.3.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.2.3.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação o capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.2.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.2.3.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

8.2.3.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **8.2.4 Qualificação Técnica**

8.2.4.1 Atestado(s) de Capacidade Técnica, provenientes de pessoa jurídica, seja de direito público ou privado, deve(m) apresentar compatibilidade em características técnicas equiparáveis ao fornecimento ou prestação de serviços. Esta congruência deve ser avaliada com base nos elementos que compõem a solução referente ao objeto licitatório em questão, estabelecendo uma correspondência clara entre as especificidades do atestado e os requisitos demandados pela licitação;

8.2.4.2. A apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica constitui requisito essencial para comprovação da aptidão do licitante. A avaliação da capacidade técnica deve focar na compatibilidade das características técnicas do atestado com os requisitos específicos demandados pela licitação (Item), assegurando uma correspondência precisa entre a expertise do licitante e as necessidades do objeto em questão;

8.2.4.3. O Atestado deverá vir acompanhado da relação dos itens fornecidos com as respectivas quantidades dos produtos/serviços;

8.2.4.4 Caso os atestados não venham com as informações acima mencionadas, o fornecedor deverá anexar notas fiscais eletrônicas referente ao fornecimento/serviço prestado para fins de diligência e apreciação pelo Agente de Contratação;

8.2.4.5 Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente;

8.2.4.6 Os Atestados poderão ser diligenciados pelo Agente de Contratação caso tenham alguma dúvida ou relevância que não seja possível a sua identificação, como a sua cópia reprográfica não seja visível;

8.2.4.7 Não serão aceitos atestados apresentados com assinaturas de Pregoeiros e/ou presidentes ou membros de comissões de licitações, em virtude destes servidores não terem competência legal para atestarem recebimentos de mercadorias ou prestação de serviços;

8.2.4.8 Não serão aceitos atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas físicas ou sem identificação da pessoa jurídica e seu responsável que o assinou, salvo, se por motivo de diligência, possa ser comprovado a sua veracidade.

#### **SEÇÃO IX - DO REAJUSTE DE PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO**

9.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 19/01/2026

9.2 Caso este interregno seja superior a um ano, a empresa fara jus ao reajuste, se o requerer tempestivamente, ainda que não tenha transcorrido um dia sequer de aplicação do instrumento contratual.

9.3 Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação , pelo contratante do Índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

- $R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:
- R = Valor do reajuste procurado;
- V = Valor contratual a ser reajustado;
- $I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação; I = Índice relativo ao mês do reajustamento;



9.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.5 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.6 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.7 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.8 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.9 O reajuste será realizado por apostilamento.

9.10 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao Gestor do contrato promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

9.11 Quando o preço registrado, por motivo superveniente e devidamente comprovado, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Gestor do contrato deverá:

9.11.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução do preço e à sua adequação ao praticado pelo mercado;

9.11.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

9.11.3 Convocar os demais fornecedores para igual oportunidade de negociação.

9.12 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento e comprovação, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

9.12.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes da autorização do fornecimento ou da emissão da nota de empenho;

9.12.2 adotar as medidas administrativas cabíveis para realizar nova contratação, de modo a garantir a execução contratual em condições vantajosas para a Administração.

## **SEÇÃO X – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA**

**10.1** A empresa contratada deverá fornecer os utensílios conforme as especificações solicitadas, realizando a entrega mediante requisição da Gerência de Nutrição – GENUT/FMS, de acordo com o cronograma estabelecido e conforme a necessidade real de cada Unidade da Rede Hospitalar Municipal, incluindo o HUT, a Maternidade Wall Ferraz/Rede Alyne e os CAPS's/Residências Terapêuticas.

10.1.1 A solicitação será encaminhada por e-mail, especificando os utensílios e as respectivas quantidades a serem entregues, devendo a contratada atender ao pedido no prazo máximo de **15 (quinze) dias** corridos a contar do recebimento da Nota de Empenho.

10.1.2 As entregas deverão ser realizadas diretamente nas unidades hospitalares, na

Maternidade Wall Ferraz/Rede Alyne e nos CAPS's/Residências Terapêuticas, exclusivamente no horário de 08:00 às 13:00 horas e de segunda a sexta-feira, conforme endereços constantes no Anexo I deste Termo de Referência. Os materiais deverão ser recebidos pela Chefia do Setor de Nutrição (nutricionista responsável) ou por servidor formalmente designado, que efetuará a conferência das especificações, qualidade e quantidades, sem qualquer ônus adicional à contratante além do valor adjudicado e constante do contrato.

101.3 O objeto deverá ser entregue em embalagem original, contendo de forma legível as indicações de marca, fabricante/produtor, procedência, manual de uso e certificado de garantia.

101.4. Todas as despesas decorrentes da substituição ou reposição de materiais entregues em desacordo com as especificações contratuais correrão por conta exclusiva da contratada.

101.5. A contratada deverá emitir guias de remessa informatizadas, sem rasuras, contendo obrigatoriamente as seguintes informações: nome e endereço completo da contratante, descrição detalhada do material entregue (incluindo unidade e quantidade), data da entrega e assinaturas do recebedor e do fornecedor, com respectivos carimbos de identificação.

101.6. A contratante emitirá Nota de Empenho, na qual constarão o número do contrato vinculado, o valor e o quantitativo do item adquirido. Os produtos deverão ser armazenados e transportados em condições adequadas, evitando-se proximidade com gás liquefeito de petróleo (GLP) ou quaisquer substâncias potencialmente tóxicas, a fim de prevenir contaminação ou impregnação de odores.

101.7. Os empregados ou técnicos da contratada deverão se apresentar nas dependências dos locais de entrega devidamente identificados, utilizando uniforme e/ou crachá contendo nome do funcionário e identificação da empresa. É vedada a circulação desses profissionais em áreas não relacionadas diretamente à execução do serviço.

101.8. Os produtos entregues deverão estar adequadamente acondicionados, em embalagens de fábrica lacradas pelo fabricante, assegurando a integridade e conservação dos itens. O transporte deverá ser realizado em veículos em perfeitas condições técnicas e sanitárias, compatíveis com a natureza dos materiais fornecidos.

## **10.2. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA OU GARANTIA DO OBJETO**

10.2.1. O prazo de garantia será aquele previsto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), sem prejuízo de garantias legais ou contratuais adicionais do fabricante. Durante este período, os produtos deverão estar livres de defeitos de fabricação, vícios de qualidade ou quantidade, mau funcionamento ou qualquer outra condição que comprometa seu uso adequado.

10.2.2. A contratada será responsável por fornecer assistência técnica, manutenção e reparos, sem custo adicional para a contratante, incluindo substituição de peças ou troca integral do item, caso não seja possível o conserto.

10.2.3. Produtos entregues com defeito, avaria ou não conformidade deverão ser substituídos ou reparados em até 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da contratante, sem prejuízo do prazo total de garantia previsto em lei ou contrato.

10.2.4. Todas as trocas ou reparos deverão ocorrer sem custos adicionais, abrangendo

transporte, mão de obra, peças e quaisquer despesas necessárias para a execução do serviço.

10.2.5. Produtos substituídos ou reparados deverão ser entregues nas mesmas condições de embalagem, identificação e especificações do item original, garantindo rastreabilidade e registro formal de todo atendimento técnico.

10.2.6. A contratada deverá disponibilizar canal de comunicação direto e eficiente para registro de chamados, acompanhamento de reparos e solicitações de troca, assegurando resposta rápida e registro de protocolo.

10.2.7. A contratante poderá recusar produtos que não atendam aos requisitos de qualidade, procedência ou condições de uso, sendo obrigatória a substituição imediata pela contratada, respeitando os prazos estabelecidos neste item.

10.2.8. Após o término da garantia legal ou contratual, a contratada poderá fornecer serviços de manutenção, reparos ou reposição mediante condições previamente acordadas, sem obrigação da contratante.

10.2.9. As entregas parciais ou totais deverão ser registradas em sistema próprio da FMS, mediante termo de recebimento provisório, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

#### **SEÇÃO XI – DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 22.166, de 24 de fevereiro de 2022, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

11.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

11.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

11.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.



11.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

11.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

11.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

11.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

## **GESTÃO DO CONTRATO**

11.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

11.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

11.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassem a sua competência.

11.8.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

11.8.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

11.9. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **SEÇÃO XII – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **12.1 Recebimento do Objeto**

12.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável

pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

12.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo serem substituídos no prazo de 3(três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

12.1.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.1.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.1.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

12.1.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei e pelo contrato.

### **Liquidação**

12.1.6. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (DEZ) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

12.1.7. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.1.8. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o

contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

12.1.9. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.10. A Administração deverá realizar consulta ao SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

12.1.11. Constatando-se, junto ao SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.1.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.1.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.1.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL.

#### **Pagamento:**

12.1.15. O pagamento será realizado em até 30 dias corridos, contados da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicado pelo contratado.

12.1.16. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar à CONTRATANTE solicitação de pagamento, devidamente protocolada, acompanhada dos documentos abaixo relacionados:

12.1.16.1. Cópia legível do empenho;

12.1.16.2. Nota fiscal ou nota fiscal-fatura, devidamente atestada, encaminhada pelo responsável pelo recebimento do produto à CONTRATANTE, sanadas as irregularidades constatadas.

12.1.16.3. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado.

12.1.16.4. Certidão de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

12.1.16.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

12.1.16.6. Cópias do Contrato e/ou aditivos (quando houver).

12.1.17 Para início do procedimento de pagamento pela Administração, é imprescindível à Contratada a abertura de Processo Administrativo de Pagamento a ser realizada por meio de processo eletrônico através do Sistema Eletrônico Informações – SEI. Para tanto, necessário o cadastro de usuário das empresas/fornecedores responsáveis pela solicitação de pagamento no site <https://prodater.pmt.pi.gov.br/processoeletronico>, sob orientação e acompanhamento da PRODATER, pelo número 3215- 7592, e-mail: [processoeletronico@pmt.pi.gov.br](mailto:processoeletronico@pmt.pi.gov.br);

12.1.18. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal do contratado.

12.1.19. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, a Contratada será notificada para que providencie as medidas saneadoras.

12.1.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.1.21. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.1.22. Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.1.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.1.24. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.1.25. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

12.1.26. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

12.1.27. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.1.28. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento

tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.1.29 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , sendo: EM = Encargos moratórios;

• N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = $\frac{(6/100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.
-------------	------------------------------	---

### **SEÇÃO XIII - DOS RECURSOS**

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).



#### **SEÇÃO XIV - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 , o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 .

14.1.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar** , quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** , quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### **Multa:**

- 1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite do 30º (trigésimo) dia;
- 2. moratória de 0,6% (seis décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, após o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades, limitada ao 60º (sexagésimo) dia de atraso;
- i. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe

o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

14.1.3 A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.1.4 Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ( art. 156,

§7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.1.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.1.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021 ).

14.1.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.1.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021 , para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.1.6 Na aplicação das sanções serão considerados ( art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021 ):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.1.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021 , ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013 , serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.1.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise

jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.1.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021 ).

14.1.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.1.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **SEÇÃO XV - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte e-mail: samirasenalicitacao@gmail.com.*

15.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **SEÇÃO XVI – SUSTENTABILIDADE**

16.1. Deverão ser observados os critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devendo serem atendidos os requisitos abaixo, que se baseiam no Plano de Logística Sustentável do órgão/entidade:

- a) menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência dos materiais, tecnologia e matérias-primas de origem local;
- b) boas práticas de governança, ambiental, social e trabalhista;
- c) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços contratados.

16.2. O fornecimento dos itens também deverá observar o disposto no Decreto 10.936/2022 que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos, criada pela lei anteriormente mencionada (12.305/2010).

## **SEÇÃO XVII- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

### **17.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

17.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Edital e seus anexos;



- 17.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 17.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 17.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 17.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#) ;
- 17.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 17.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;
- 17.1.8. Adotar as medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações por parte do Contratado, inclusive com a abertura do devido processo administrativo com fins de apuração;
- 17.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Edital e seus anexos, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 17.1.10. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 17.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 dias.
- 17.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 17.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 17.1.14. A empresa vencedora deverá prestar **assistência técnica e científica**, sempre que solicitado, sem ÔNUS para FMS

## **17.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 17.2.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do **Edital** e de seus **anexos**, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 17.2.2 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 17.2.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 17.2.4 Comunicar ao contratante, com pelo menos 10 (DEZ) dias que antecede a data da

entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

17.2.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

17.2.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

17.2.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

17.2.8 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Registro Cadastral, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal, Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

17.2.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

17.2.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

17.2.11 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

17.2.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

17.2.13 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

17.2.14 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

17.2.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

17.2.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta

não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

17.2.18 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

17.2.19 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do **Edital e seus anexos**;

17.2.20 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

17.2.21 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

17.2.2. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

17.2.23 Entregar os produtos constantes no Contrato, respeitando, sempre, as normas da ABNT, bem como as portarias e resoluções do INMETRO e da ANVISA, em vigor, no que couber;

17.2.24 Transportar os produtos em meio adequado para evitar a incidência solar sobre eles, ou quaisquer possíveis danos que venham a lesar o objeto;

17.2.25 Manter os produtos absolutamente higienizados e sem amassados, sem remendos e sem ranhuras, de forma que não comprometa a qualidade dos produtos fornecidos;

17.2.26 Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir.

### **SEÇÃO XVIII - DAS FONTES DE RECURSOS E DO VALOR ESTIMADO**

18.1. Conforme informado pelo NUOREM, no Despacho SEI nº 14270435, encontram-se devidamente indicadas a Dotação Orçamentária e as respectivas disponibilidades orçamentárias destinadas a atender aos contratos firmados com a Fundação Municipal de Saúde de Teresina, referentes ao exercício financeiro de 2026, nos seguintes termos:

Despesa : 339030 Material de Consumo. Unidade: 002 - Fundo Municipal de Saúde.

Ação Programática: 2 . 446 - Execução do Incentivo Financeiro da Rede de Atenção Psicossocial. Ação Programática: 2 . 448 - Gestão e Manutenção das Maternidades Municipais.

Ação Programática: 2 . 570 - Gestão e Manutenção do Hospital de Urgência de Teresina. Ação Programática: 2 . 571 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU. Ação Programática: 2 . 572 - Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h.

Ação Programática: 4 . 133 - Gestão e Manutenção das Unidades da Atenção Especializada - Rede Própria.

Fontes de Recursos:

1600115 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

1659119 - Outros Recurso Vinculados à Saúde. - Serviços de Saúde.

18.2 O valor estimado: R\$ 178.378,78 cento e setenta e oito mil, trezentos e setenta e oito reais e setenta e oito centavos, conforme Mapa Comparativo de Preços SEI ID nº 14250184s Recursos Vinculados à Saúde - Serviços de Saúde.

### **SEÇÃO XIX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [[www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)].

19.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA;**

**ANEXO II: MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS;**

**ANEXO III: MODELO DE DECLARAÇÃO FATO IMPEDITIVO**

**ANEXO IV: DECLARACAO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO AS CONDIÇÕES DO EDITAL;**

**ANEXO V MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

**ANEXO VI: MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.**

**ANEXO VII: MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO E CUMPRIMENTO DO § 2º DO ART. 4º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021**

**ANEXO VIII: MODELO DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE**

PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO  
**ANEXO IX:** MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO ADMITIR TRABALHO FORÇADO  
OU DEGRADANTE  
**ANEXO X:** MINUTA DO CONTRATO

Teresina (PI), 24 de março de 2026.

**IZAURA DO BOMFIM OLIVEIRA FERREIRA**

Diretor(a) de Compras Públicas FMS/PMT

**LEOPOLDINA CIPRIANO FEITOSA**

Presidente da Fundação Municipal de Saúde – FMS/PMT

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA VERSÃO 2**  
**NOME DA UNIDADE (SETOR) REQUISITANTE: GERÊNCIA DE NUTRIÇÃO -**  
**GENUT/DAE/FMS**

**MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA PREGÃO ELETRÔNICO AQUISIÇÃO DE**  
**BENS DURÁVEIS (UTENSÍLIOS) FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO 00045.057382/2025-85**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS E JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO**

A presente solicitação de licitação tem por finalidade a aquisição de utensílios de cozinha destinados às Unidades de Alimentação e Nutrição da Rede Hospitalar, ao Hospital de Urgência de Teresina (HUT), à Rede Alyne e aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), vinculados à Fundação Municipal de Saúde (FMS). A aquisição se justifica pela necessidade de assegurar condições adequadas para o preparo, armazenamento e distribuição das refeições servidas diariamente a pacientes, acompanhantes e profissionais de saúde.

Trata-se de insumos indispensáveis ao pleno funcionamento das Unidades de Alimentação e Nutrição, as quais desempenham papel essencial no apoio às ações de saúde, contribuindo diretamente para a recuperação clínica dos usuários e para a manutenção da qualidade dos serviços prestados.

Os utensílios atualmente disponíveis apresentam desgaste natural decorrente do uso contínuo, com prejuízos à segurança alimentar, à eficiência operacional e à preservação das boas práticas de manipulação exigidas pelas normas sanitárias vigentes, notadamente as disposições da RDC nº 216/2004 (Boas Práticas para Serviços de Alimentação), da RDC nº 275/2002 (Procedimentos Operacionais Padronizados), da RDC nº 331/2019 (Padrões Microbiológicos para Alimentos), bem como da RDC nº 50/2002 e da RDC nº 63/2011, que estabelecem requisitos de infraestrutura e funcionamento para os serviços de saúde.

A reposição e a complementação de utensílios tornam-se, portanto, imprescindíveis para evitar a descontinuidade dos serviços de nutrição hospitalar e garantir a adequada execução das atividades de preparo e distribuição de dietas em conformidade com a legislação sanitária.

Além disso, a demanda se mostra ainda mais relevante diante da elevada rotatividade de pacientes e da complexidade dos serviços ofertados em unidades de referência, como o HUT e a Rede Alyne, que exigem maior volume de utensílios em função do número expressivo de refeições servidas diariamente.

Ressalta-se, ainda, que não há contrato vigente que atenda a esta demanda, o que reforça a necessidade imediata de realização da licitação para garantir o regular abastecimento das unidades e evitar prejuízos ao funcionamento das atividades assistenciais.



Assim, a aquisição, por meio de licitação, ora proposta, visa atender ao interesse público, resguardando a manutenção da qualidade dos serviços essenciais prestados pela Rede SUS de Teresina, em especial aqueles voltados à assistência nutricional, à segurança alimentar e ao bem-estar dos usuários, em conformidade com os regulamentos da Anvisa.

1.2.1. A presente contratação tem por objeto a **aquisição de bens duráveis (utensílios)**, a ser realizada na modalidade Pregão Eletrônico, destinados a atender às necessidades da Rede Hospitalar Municipal, incluindo o Hospital de Urgência de Teresina – HUT, a Maternidade Municipal Wall Ferraz/Rede Alyne, os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS e a Residências Terapêutica da Fundação Municipal de Saúde, no município de Teresina – PI, conforme especificações constantes na planilha abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDA DE	CÓDIGO E- GOVERNE	CÓDIGO CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Abridor de latas em alumínio.	UND	27575	437939	12	R\$ 3,00	R\$ 36,00
2	Afiador de faca em alumínio 30 cm.	UND	27598	328784	20	R\$ 18,05	R\$ 361,00
3	Abafador para cobrir alimentos de plástico atóxico, lavável, resistente, tamanho grande.	UND	17997	8462	27	R\$ 12,79	R\$ 345,33
4	Assadeira de vidro quadrada com tampa capacidade 750ml.	UND	17998	628781	5	R\$ 30,61	R\$ 153,05
5	Bacia de plástico atóxico, capacidade de 10 litros.	UND	42435	326593	19	R\$ 13,48	R\$ 256,12
6	Bacia de alumínio polido, 40cm de diâmetro.	UND	5062	236285	28	R\$ 39,18	R\$ 1.097,04
7	Bacia de alumínio polido, 50 cm de diâmetro.	UND	27601	236286	13	R\$ 54,29	R\$ 705,77
8	Bacia de plástico atóxico, capacidade 15 litros.	UND	27604	320839	25	R\$ 24,39	R\$ 609,75
9	Bacia plástica atóxico, capacidade 40 litros.	UND	27603	292589	7	R\$ 30,59	R\$ 214,13
10	Bacia de plástico atóxico, capacidade 25 litros.	UND	42434	292588	9	R\$ 26,50	R\$ 238,50
11	Bacia de plástico atóxico, capacidade 5 litros	UND	27605	355097	34	R\$ 12,80	R\$ 435,20
12	Bacia Plástica atóxico, capacidade 2 litros.	UND	42436	355090	13	R\$ 6,70	R\$ 87,10
13	Bacia em alumínio polido, 30 cm de diâmetro.	UND	42465	237926	16	R\$ 27,23	R\$ 435,68
14	Bandeja de polietileno alta, cor branca, tamanho grande.	UND	44080	420651	12	R\$ 27,47	R\$ 329,64
15	Bandeja de polietileno alta, cor branca, tamanho médio.	UND	44081	420650	4	R\$ 42,48	R\$ 169,92

16	Bandeja retangular em aço inoxidável lisa medindo 49,1 (comprimento) x 33,1(largura) cm.	UND	34054	624519	12	R\$ 149,50	R\$ 1.794,00
17	Bandeja em aço inox, com alça, 48/32cm.	UND	27606	269353	11	R\$ 128,48	R\$ 1.413,28
18	Batedor de bife manual em alumínio maciço.	UND	27608	628082	2	R\$ 33,09	R\$ 66,18
19	Batedor de Alumínio tipo Fouet.	UND	2031	334505	2	R\$ 11,93	R\$ 23,86
20	Bule em alumínio, capacidade 05 litros.	UND	42439	335113	9	R\$ 96,38	R\$ 867,42
21	Caçarola de alumínio reforçado, linha Hotel, com tampa, 02 alças capacidade 20 litros, Nº 38.	UND	44087	365873	11	R\$ 149,99	R\$ 1.649,89
22	Caçarola de alumínio reforçado, linha Hotel, com tampa, 02 alças capacidade 8 litros.	UND	44085	254386	16	R\$ 81,61	R\$ 1.305,76
23	Caçarola de alumínio reforçado, linha Hotel, com tampa, 02 alças capacidade 31 litros, Nº 45.	UND	44088	267910	21	R\$ 201,02	R\$ 4.221,42
24	Caçarola de alumínio reforçado, linha Hotel, com tampa, 02 alças, Nº60.	UND	44090	257722	5	R\$ 454,41	R\$ 2.272,05
25	Caçarola de alumínio reforçado, linha hotel, com tampa, 02 alças capacidade 5 litros, Nº 24.	UND	42444	357235	16	R\$ 46,68	R\$ 746,88
26	Caçarola de alumínio reforçado, linha Hotel, com tampa, 02 alças capacidade 12 litros,Nº 32.	UND	44086	365869	11	R\$ 89,42	R\$ 983,62
27	Caçarola de alumínio reforçado, linha hotel, com tampa, 02 alças capacidade 45 litros.	UND	42451	622944	11	R\$ 312,59	R\$ 3.438,49
28	Caixa organizadora com tampa de plástico, capacidade 17 Litros Tamanho Aproximadamente 16 x 52 cm.	UND	42455	438009	15	R\$ 37,81	R\$ 567,15
29	Caixa plástica para frigorifico 40 Litros, cor branca de polietileno de alta densidade.	UND	32186	410281	8	R\$ 82,35	R\$ 658,80
30	Caldeirão de alumínio reforçado, linha Hotel, com tampa, 02 alças, capacidade 45 Litros, Nº 40.	UND	44091	283204	14	R\$ 221,93	R\$ 3.107,02

31	Caldeirão de alumínio reforçado, com tampa, 02 alças, capacidades 38 litros, N° 38.	UND	44092	297301	5	R\$ 210,88	R\$ 1.054,40
32	Caldeirão de alumínio, linha Hotel, com tampa, 02 alças, capacidade 15 litros, N° 28.	UND	42453	331900	7	R\$ 125,97	R\$ 881,79
33	Coador de pano (100% algodão) para café, tamanho Grande.	UND	42443	440719	68	R\$ 9,16	R\$ 622,88
34	Colher de sopa, em inox, sem cabo de polietileno.	UND	32213	232833	2.040	R\$ 3,96	R\$ 8.078,40
35	Colher grande em alumínio fundido.	UND	44083	631603	48	R\$ 50,11	R\$ 2.405,28
36	Colher grande, em inox, com cabo polietileno	UND	42441	240322	2	R\$ 57,81	R\$ 115,62
37	Colher para Caldeirão em polietileno, plana, sem furo, tamanho 7,5 x 60 cm.	UND	17529	465662	6	R\$ 35,96	R\$ 215,76
38	Colher para caleirão em polietileno, côncava, tamanho médio 45 cm.	UND	42444	455638	20	R\$ 41,63	R\$ 832,60
39	Colher para servir arroz, em inox, tamanho grande.	UND	27899	315150	91	R\$ 21,55	R\$ 1.961,05
40	Colher de polipropileno plana, sem furo, Tamanho 34 cm x 5 cm.	UND	12327	623404	19	R\$ 21,50	R\$ 408,50
41	Concha industrial N° 14 em alumínio resistente, capacidade 500 ml, Com dimensão maior que 40 cm.	UND	40430	283165	8	R\$ 21,84	R\$ 174,72
42	Concha, em inox, com 08 cm diâmetro aproximadamente.	UND	42440	339944	75	R\$ 14,73	R\$ 1.104,75
43	Conjunto de potes mantimentos em polietileno, com 4 peças.	CONJ UNTO	44094	305095	16	R\$ 32,60	R\$ 521,60
44	Contentores engradados plásticos (fenestrados) para hortaliças e frutas, dimensão 500 x 300x 230cm.	UND	27657	388623	58	R\$ 46,61	R\$ 2.703,38
45	Copo de plástico resistente, atóxico com alça.	UND	27905	609866	100	R\$ 5,27	R\$ 527,00
46	Cortador de legumes com tripé, em alumínio.	UND	27656	339435	18	R\$ 187,31	R\$ 3.371,58
47	Cuscuzeiro linha hotel em alumínio reforçado, N° 38.	UND	42454	631605	18	R\$ 173,62	R\$ 3.125,16

48	Cutelo em aço inox com cabo de polietileno.	UND	27644	331212	12	R\$ 37,69	R\$ 452,28
49	Depósito plástico retangular com tampa, capacidade 03 litros.	UND	27659	249089	23	R\$ 15,53	R\$ 357,19
50	Depósito plástico retangular com tampa, capacidade 05 litros.	UND	27660	238805	46	R\$ 19,61	R\$ 902,06
51	Depósito plástico retangular com tampa, capacidade 10 litros.	UND	27163	304384	30	R\$ 26,58	R\$ 797,40
52	Depósito plástico atóxico, retangular com tampa, capacidade 18 litros.	UND	32216	370149	20	R\$ 33,37	R\$ 667,40
53	Depósito plástico retangular com tampa, capacidade 30 litros.	UND	43131	433106	34	R\$ 115,22	R\$ 3.917,48
54	Escorredor de prato, em inox, para 20 pratos.	UND	27669	398237	5	R\$ 164,43	R\$ 822,15
55	Escorredor de talheres em plástico resistente com divisória.	UND	42465	397191	7	R\$ 18,92	R\$ 132,44
56	Escorredor PARA macarrão em plástico resistente, tamanho Grande, com cabo.	UND	46259	395163	9	R\$ 12,08	R\$ 108,72
57	Escorredor para macarrão em alumínio, 40 cm de diâmetro	UND	5091	424013	19	R\$ 21,85	R\$ 415,15
58	Escumadeira em aço Inox, com 14 cm de diâmetro.	UND	32170	302944	38	R\$ 25,15	R\$ 955,70
59	Espátula para bolo em aço inox.	UND	42457	609927	9	R\$ 16,43	R\$ 147,87
60	Espremedor de alho em alumínio reforçado.	UND	42458	357203	10	R\$ 15,32	R\$ 153,20
61	Espremedor de batata, em alumínio, tipo chapa cravada.	UND	5317	357202	11	R\$ 34,81	R\$ 382,91
62	Faca de cozinha para carne, com lâmina em inox, com cabo anatômico em polipropileno branco 8".	UND	42692	455573	84	R\$ 24,26	R\$ 2.037,84
63	Faca de mesa, em inox, sem cabo de polietileno.	UND	27612	356113	2.113	R\$ 5,01	R\$ 10.586,13
64	Faca para açougueiro com cabo branco polietileno, tamanho 30 cm.	UND	42459	286744	20	R\$ 24,85	R\$ 497,00
65	Faca para corte de legumes, lâmina em inox, cabo anatômico em polietileno 6", cor branca.	UND	42693	355721	83	R\$ 22,08	R\$ 1.832,64

66	Forma para pão retangular, em alumínio antiaderente, 30 cm.	UND	44102	222505	11	R\$ 32,49	R\$ 357,39
67	Forma Assadeira em alumínio, redonda, alta, nº 45	UND	27221	616123	12	R\$ 58,15	R\$ 697,80
68	Forma Assadeira em alumínio, retangular alta, nº 03	UND	27223	465744	12	R\$ 42,87	R\$ 514,44
69	Forma Assadeira em alumínio, retangular alta, nº 04	UND	27226	236265	27	R\$ 46,53	R\$ 1.256,31
70	Forma Assadeira em alumínio, retangular baixa, nº 04	UND	27225	459967	13	R\$ 35,67	R\$ 463,71
71	Forma para bolo, redonda, de alumínio, com furo e diâmetro aproximado de 40 cm.	UND	27938	236266	16	R\$ 30,98	R\$ 495,68
72	Forma redonda para bolo em alumínio, com furo, diâmetro 30 cm, Nº30.	UND	44103	248968	24	R\$ 35,72	R\$ 857,28
73	Frigideira em alumínio fundido, com cabo, 30 cm de diâmetro.	UND	27665	352908	25	R\$ 65,90	R\$ 1.647,50
74	Frigideira em alumínio fundido, com cabo, 50 cm de diâmetro.	UND	27666	442943	21	R\$ 175,35	R\$ 3.682,35
75	Frigideira em aço inox, com teflon, com 25 cm de diâmetro, CABO EM BAQUELITE.	UND	43135	313574	29	R\$ 99,22	R\$ 2.877,38
76	Gastronorm GN1/1 100mm, lisa, em aço inox, Tamanho padrão internacional, compatível com forno combinado, Utilizado no preparo de legumes e na distribuição de alimentos, Dimensões 530 mm (Comprimento) x 325 mm (Largura).	UND	48091	630487	92	R\$ 129,05	R\$ 11.872,60
77	Gastronorm GN1/2 100mm, lisa, em aço inox, com tampa e sem alça.	UND	48090	317061	2	R\$ 68,80	R\$ 137,60
78	Garfo de mesa, em inox, sem cabo de polietileno.	UND	27611	437871	2.181	R\$ 2,45	R\$ 5.343,45
79	Garfo para assado, com 02 dentes em inox.	UND	44077	334674	30	R\$ 9,62	R\$ 288,60
80	Garrafa térmica com pressão, capacidade 01 litro.	UND	42466	275682	63	R\$ 44,56	R\$ 2.807,28
81	Garrafa térmica com pressão, capacidade aproximada de 1,8 litros.	UND	42467	355752	37	R\$ 81,99	R\$ 3.033,63

82	garrafa térmica com torneira e alça para transporte, tampa de enroscar, capacidade de 12 litros.	UND	42468	232403	12	R\$ 119,19	R\$ 1.430,28
83	Garrafa térmica para suco e/ou água, com torneira e alça para transporte, capacidade 05 litros.	UND	42469	370718	28	R\$ 70,66	R\$ 1.978,48
84	Garrafa térmica inox, por pressão com ampola de vidro e alça acoplada na bomba, capacidade para 03 litros.	UND	43137	374465	18	R\$ 314,06	R\$ 5.653,08
85	Jarra medidora em plástico, capacidade 1 litro graduada.	UND	42473	283809	46	R\$ 10,95	R\$ 503,70
86	Jarra para suco, em inox, capacidade 02 litros.	UND	42472	242520	29	R\$ 72,51	R\$ 2.102,79
87	Jarra plástica com tampa, graduada, capacidade 02 litros.	UND	44078	367248	57	R\$ 19,28	R\$ 1.098,96
88	Jarra plástica com tampa, graduada, capacidade 05 litros.	UND	42471	426094	78	R\$ 37,00	R\$ 2.886,00
89	Jarra plástica com tampa, graduada, capacidade 03 litros.	UND	44079	424328	47	R\$ 19,54	R\$ 918,38
90	Jarra de vidro para suco, capacidade 1,5 litros.	UND	4764	356505	6	R\$ 24,50	R\$ 147,00
91	Leiteira em alumínio com tampa e cabo, capacidade 05 litros.	UND	42474	343650	12	R\$ 86,71	R\$ 1.040,52
92	Leiteira em alumínio com tampa e cabo, capacidade 10 litros.	UND	17652	343651	5	R\$ 136,33	R\$ 681,65
93	Liquidificador doméstico, capacidade 02 litros.	UND	29840	439372	7	R\$ 149,52	R\$ 1.046,64
94	Mamadeira plástica transparente autoclavável, atóxica, milimetrada com bico e tampa, selo do INMETRO, capacidade 50 ml.	UND	42476	233941	10	R\$ 14,77	R\$ 147,70
95	Mamadeira plástica transparente autoclavável, atóxica, milimetrada com bico e tampa, selo do INMETRO, capacidade 150 ml.	UND	43140	609863	25	R\$ 16,72	R\$ 418,00
96	Mamadeira plástica transparente autoclavável, atóxica, milimetrada com bico de silicone e tampa, selo do INMETRO, capacidade 260 ml.	UND	42477	225410	30	R\$ 78,88	R\$ 2.366,40



97	Monobloco branco em polipropileno e polietileno, capacidade para 50 Litros, para armazenamento de diversas alimentos.	UND	42479	389420	40	R\$ 70,99	R\$ 2.839,60
98	Monobloco em polietileno liso de alta intensidade, capacidade 16 litros, tamanho médio 50 x 30 cm, profundidade 10 cm, Cor branca.	UND	42481	397209	29	R\$ 38,88	R\$ 1.127,52
99	Panela de pressão em alumínio reforçado, capacidade 4,5 litros.	UND	44093	241802	5	R\$ 68,24	R\$ 341,20
100	Panela de pressão em alumínio reforçado, capacidade 20 litros.	UND	27683	616647	14	R\$ 332,44	R\$ 4.654,16
101	Panela de pressão em alumínio, capacidade 7,5 litros.	UND	27678	421716	20	R\$ 140,68	R\$ 2.813,60
102	Papeiro em alumínio, com tampa e cabo, capacidade 02 litros.	UND	44084	397244	43	R\$ 28,34	R\$ 1.218,62
103	Organizador de Talheres com tampa em plástico resistente	UND	2037	323187	12	R\$ 31,50	R\$ 378,00
104	Luvas de segurança em malha de aço inox 100%, tipo açougueiro para proteção de corte de facas e desossa, fio com diâmetro de 0,55 mm e anéis com diâmetro interno de 2,9 mm e externo de 4,0 mm com pulseira malha aço inox para fechamento e ajuste no punho, curta, cinco dedos.	PAR	24544	316463	8	R\$ 311,40	R\$ 2.491,20
105	Par de Luvas térmicas para cozinha, modelo 5 dedos, com tecido de fibra inerente a chama Thermex Tim permeabilizado, forro interno fixo com feltro e tecido de algodão, Tamanho 40 cm.	PAR	27706	626521	14	R\$ 178,23	R\$ 2.495,22
106	Pegador para assado em aço inox.	UND	27957	609390	12	R\$ 12,23	R\$ 146,76
107	Pegador para massa em inox.	UND	42486	344681	39	R\$ 7,37	R\$ 287,43
108	Peneira com 30 cm diâmetro com tela em aço inox.	UND	42488	431338	17	R\$ 36,78	R\$ 625,26
109	Peneira de plástico atóxico, funda, com 30 cm de diâmetro, com cabo.	UND	42484	331945	30	R\$ 10,09	R\$ 302,70

110	Peneira de plástico, atóxico, com aro revestido em plástico de polietileno, com 40 cm de diâmetro, sem cabo.	UND	42485	450388	13	R\$ 22,96	R\$ 298,48
111	Peneira plástica funda em polietileno, 19 cm de diâmetro.	UND	42483	321816	11	R\$ 9,43	R\$ 103,73
112	Pirex refratário, tipo marinex, retangular, tamanho grande.	UND	27704	473455	22	R\$ 51,90	R\$ 1.141,80
113	Placa de corte em polipropileno, cor branca, dimensão 150 cm x 60 cm.	UND	18622	437199	2	R\$ 289,01	R\$ 578,02
114	Placa para corte de alimentos/frutas em polietileno na cor amarela, média 40 cm x 30 cm.	UND	32182	334889	19	R\$ 68,17	R\$ 1.295,23
115	Placa para corte de carne em polietileno cor branca, com caneta, média 60 cm x 30 cm e 10 mm de altura.	UND	32180	430331	58	R\$ 63,70	R\$ 3.694,60
116	Placa para corte de legumes em polietileno na cor verde, média 40 cm x 30 cm.	UND	32181	416161	43	R\$ 61,80	R\$ 2.657,40
117	Prato de mesa, de vidro fundo, tipo duralex, transparente, diâmetro De 25 cm.	UND	44099	311419	20	R\$ 8,51	R\$ 170,20
118	Prato de mesa, de vidro, tipo duralex, transparente, diâmetro De 25 cm.	UND	27687	222373	842	R\$ 7,15	R\$ 6.020,30
119	Prato de plástico para refeição fundo, diâmetro 25 cm.	UND	17518	389205	190	R\$ 5,01	R\$ 951,90
120	Ralador com 04 faces, lâmina em aço inox e cabo ABS.	UND	27677	261597	33	R\$ 22,51	R\$ 742,83
121	Recipiente térmico para bebida de polietileno com torneiras embutidas, a prova de gotejamento, capacidade de 10 litros, medindo aproximadamente 42,5 cm x 30 cm x 50 cm, cor cinza.	UND	42491	393573	3	R\$ 130,12	R\$ 390,36
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>							R\$ 178.378,78

1.1.2. Em caso de divergência entre a descrição contida no código (CATMAT ou E-GOVERNE) e da descrição específica, contidas na tabela acima especificadas, prevalecerá a descrição específica da tabela.

#### **Base de Cálculo e Histórico de Consumo**

Os quantitativos foram definidos com base na **análise histórica de consumo e reposição de utensílios** dos anos de **2023 e 2024**, obtidos a partir de relatórios internos de

distribuição e solicitações registradas pelas UAN's.

Essa análise permitiu identificar a **média de consumo anual** e a **necessidade de reposição mínima** para assegurar a continuidade das atividades das cozinhas hospitalares.

Nos casos em que não houve contratação ou fornecimento regular nos anos anteriores, os quantitativos foram **estimados tecnicamente** conforme o número médio de refeições/dia e a vida útil do utensílio, de modo a garantir a suficiência operacional das unidades.

Ressalta-se que atualmente não há estoque disponível no Núcleo de Almoxarifado e Patrimônio da FMS (NUALP), o que reforça a necessidade da aquisição para reposição imediata.

#### Quadro de Dimensionamento com Histórico de Consumo

Item	Especificação	Quantidade solicitada	Consumo 2023	Consumo 2024	Frequência de reposição	Observações
1	Abridor de latas em alumínio	12	6	6	2x/ano	Uso diário, pequeno desgaste
2	Afiador de faca em alumínio 30 cm	20	10	10	2x/ano	Necessário manutenção periódica
3	Abafador para alimentos, plástico atóxico	27	12	12	1x/ano	Substituição parcial por desgaste
4	Assadeira de vidro quadrada 750ml	5	2	2	1x/ano	Fragilidade moderada
5	Bacia de plástico atóxico 10L	19	8	8	1x/ano	Uso constante, durabilidade média
6	Bacia de alumínio 40cm	28	12	12	1x/ano	Uso diário, desgaste lento
7	Bacia de alumínio 50cm	13	6	6	1x/ano	Uso diário, desgaste lento
8	Bacia de plástico atóxico 15L	25	10	10	1x/ano	Uso regular, desgaste médio
9	Bacia plástica 40L	7	2	3	1x/ano	Substituição eventual
10	Bacia de plástico 25L	9	4	4	1x/ano	Uso moderado
11	Bacia de plástico 5L	34	15	15	1x/ano	Uso intenso, alta reposição
12	Bacia plástica 2L	13	6	6	1x/ano	Uso frequente, desgaste menor
13	Bacia de alumínio 30cm	16	7	7	1x/ano	Uso diário
14	Bandeja de polietileno	12	5	5	1x/ano	Uso moderado

	alta grande					
15	Bandeja de polietileno alta média	4	2	2	1x/ano	Substituição rara
16	Bandeja retangular inox 49,1x33,1cm	12	5	5	1x/ano	Uso constante, durabilidade alta
17	Bandeja inox com alça 48/32cm	11	4	4	1x/ano	Uso diário
18	Batedor de bife manual alumínio	2	1	1	1x/ano	Uso intenso
19	Batedor de alumínio tipo Fouet	2	1	1	1x/ano	Uso moderado
20	Bule em alumínio 5L	9	4	4	1x/ano	Durabilidade alta
21	Caçarola alumínio reforçado 20L	11	5	5	1x/ano	Uso pesado
22	Caçarola alumínio reforçado 8L	16	7	7	1x/ano	Uso regular
23	Caçarola alumínio reforçado 31L	21	9	9	1x/ano	Uso pesado
24	Caçarola alumínio reforçado 60L	5	2	2	1x/ano	Substituição rara
25	Caçarola alumínio reforçado 5L	16	7	7	1x/ano	Uso regular
26	Caçarola alumínio reforçado 12L	11	5	5	1x/ano	Uso pesado
27	Caçarola alumínio reforçado 45L	11	5	5	1x/ano	Durabilidade alta
28	Caixa organizadora 17L	15	6	6	1x/ano	Uso moderado
29	Caixa plástica frigorífico 40L	8	3	3	1x/ano	Uso eventual
30	Caldeirão alumínio 45L	14	6	6	1x/ano	Uso pesado
31	Caldeirão alumínio 38L	5	2	2	1x/ano	Substituição rara
32	Caldeirão alumínio 15L	7	3	3	1x/ano	Uso moderado
33	Coador de pano 100% algodão	68	30	30	2x/ano	Lavagem frequente
34	Colher de sopa inox sem cabo	2.040	900	900	2x/ano	Alto consumo diário
35	Colher grande alumínio fundido	48	20	20	1x/ano	Uso constante
36	Colher grande inox com cabo	2	1	1	1x/ano	Substituição rara

37	Colher caldeirão polietileno plana	6	2	2	1x/ano	Uso moderado
38	Colher caldeirão polietileno côncava	20	8	8	1x/ano	Uso diário
39	Colher para servir arroz inox	91	40	40	1x/ano	Uso intenso
40	Colher polipropileno plana 34x5cm	19	8	8	1x/ano	Uso regular
41	Concha industrial alumínio 500ml	8	4	4	1x/ano	Uso diário
42	Concha inox 8cm diâmetro	75	30	30	2x/ano	Alto consumo
43	Conjunto potes polietileno 4 peças	16	6	6	1x/ano	Uso constante
44	Contentores engradados plásticos 500x300x230cm	58	20	20	1x/ano	Uso periódico
45	Copo plástico resistente atóxico	100	40	40	2x/ano	Uso intenso
46	Cortador de legumes com tripé, alumínio	18	7	7	1x/ano	Uso moderado
47	Cuscuzzeiro linha hotel, alumínio reforçado 38	18	7	7	1x/ano	Uso regular
48	Cutelo inox com cabo polietileno	12	5	5	1x/ano	Uso intenso
49	Depósito plástico 3L com tampa	23	10	10	2x/ano	Uso constante
50	Depósito plástico 5L com tampa	46	18	18	2x/ano	Alto consumo
51	Depósito plástico 10L com tampa	30	12	12	2x/ano	Uso diário
52	Depósito plástico 18L com tampa	20	8	8	1x/ano	Uso moderado
53	Depósito plástico 30L com tampa	34	14	14	1x/ano	Uso constante
54	Escorredor de prato inox 20 pratos	5	2	2	1x/ano	Substituição rara
55	Escorredor talheres plástico	7	3	3	1x/ano	Uso diário
56	Escorredor macarrão plástico grande	9	4	4	1x/ano	Uso intenso
57	Escorredor macarrão alumínio 40cm	19	8	8	1x/ano	Uso diário
58	Escumadeira inox 14cm	38	15	15	2x/ano	Uso intenso

59	Espátula para bolo inox	9	4	4	1x/ano	Uso moderado
60	Espremedor de alho alumínio	10	4	4	1x/ano	Uso diário
61	Espremedor de batata alumínio	11	5	5	1x/ano	Uso regular
62	Faca cozinha carne inox 8"	84	35	35	2x/ano	Alto consumo
63	Faca de mesa inox sem cabo	2.113	900	900	2x/ano	Uso diário intenso
64	Faca açougueiro cabo polietileno 30cm	20	8	8	1x/ano	Uso intenso
65	Faca corte legumes inox 6"	83	35	35	2x/ano	Uso constante
66	Forma pão alumínio antiaderente 30cm	11	5	5	1x/ano	Substituição anual
67	Forma assadeira alumínio redonda nº45	12	5	5	1x/ano	Uso frequente
68	Forma assadeira alumínio retangular nº03	12	5	5	1x/ano	Uso frequente
69	Forma assadeira alumínio retangular nº04	27	12	12	1x/ano	Uso diário
70	Forma assadeira alumínio baixa nº04	13	5	5	1x/ano	Uso moderado
71	Forma bolo redonda alumínio 40cm	16	7	7	1x/ano	Uso frequente
72	Forma bolo redonda alumínio 30cm	24	10	10	1x/ano	Uso frequente
73	Frigideira alumínio fundido 30cm	25	10	10	1x/ano	Uso diário
74	Frigideira alumínio fundido 50cm	21	9	9	1x/ano	Uso frequente
75	Frigideira inox teflon 25cm	29	12	12	1x/ano	Uso moderado
76	Gastronorm GN1/1 inox 100mm	92	35	35	2x/ano	Uso diário intenso
77	Gastronorm GN1/2 inox 100mm	2	1	1	1x/ano	Substituição rara
78	Garfo de mesa inox sem cabo	2.181	900	900	2x/ano	Alto consumo diário
79	Garfo para assado inox 2 dentes	30	12	12	1x/ano	Uso moderado
80	Garrafa térmica pressão 1L	63	25	25	1x/ano	Durabilidade alta



81	Garrafa térmica pressão 1,8L	37	15	15	1x/ano	Uso moderado
82	Garrafa térmica torneira 12L	12	5	5	1x/ano	Substituição rara
83	Garrafa térmica torneira 5L	28	12	12	1x/ano	Uso moderado
84	Garrafa térmica inox pressão 3L	18	7	7	1x/ano	Durabilidade alta
85	Jarra medidora plástico 1L	46	18	18	1x/ano	Uso diário
86	Jarra inox 2L	29	12	12	1x/ano	Uso regular
87	Jarra plástica 2L com tampa	57	22	22	1x/ano	Uso diário
88	Jarra plástica 5L com tampa	78	30	30	1x/ano	Uso frequente
89	Jarra plástica 3L com tampa	47	18	18	1x/ano	Uso diário
90	Jarra de vidro 1,5L	6	2	2	1x/ano	Substituição rara
91	Leiteira alumínio 5L com tampa e cabo	12	5	5	1x/ano	Uso moderado
92	Leiteira alumínio 10L com tampa e cabo	5	2	2	1x/ano	Substituição rara
93	Liquidificador doméstico 2L	7	3	3	1x/ano	Uso moderado
94	Mamadeira plástica 50ml	10	4	4	1x/ano	Uso pediátrico específico
95	Mamadeira plástica 150ml	25	10	10	1x/ano	Uso frequente
96	Mamadeira plástica 260ml	30	12	12	1x/ano	Uso pediátrico
97	Monobloco polipropileno/polietileno 50L	40	15	15	1x/ano	Armazenamento de alimentos
98	Monobloco polietileno 16L	29	12	12	1x/ano	Uso moderado
99	Panela de pressão alumínio 4,5L	5	2	2	1x/ano	Uso frequente
100	Panela de pressão alumínio 20L	14	6	6	1x/ano	Uso intenso
101	Panela de pressão alumínio 7,5L	20	8	8	1x/ano	Uso diário
102	Papeiro alumínio 2L com tampa e cabo	43	17	17	1x/ano	Uso moderado

103	Organizador talheres plástico com tampa	12	5	5	1x/ano	Uso frequente
104	Luvas segurança malha aço inox	8	3	3	1x/ano	Uso específico açougueiro
105	Par luvas térmicas 5 dedos 40cm	14	6	6	1x/ano	Proteção térmica
106	Pegador para assado inox	12	5	5	1x/ano	Uso diário
107	Pegador para massa inox	39	15	15	1x/ano	Uso moderado
108	Peneira inox 30cm	17	7	7	1x/ano	Uso frequente
109	Peneira plástica 30cm funda	30	12	12	1x/ano	Uso diário
110	Peneira plástica 40cm sem cabo	13	5	5	1x/ano	Uso moderado
111	Peneira plástica 19cm funda	11	4	4	1x/ano	Uso ocasional
112	Pirex refratário tipo marinex retangular	22	9	9	1x/ano	Uso diário
113	Placa corte polipropileno branca 150x60cm	2	1	1	1x/ano	Substituição rara
114	Placa corte alimentos/frutas polietileno amarela 40x30cm	19	8	8	1x/ano	Uso diário
115	Placa corte carne polietileno branca 60x30x10mm	58	25	25	2x/ano	Uso intenso
116	Placa corte legumes polietileno verde 40x30cm	43	18	18	2x/ano	Uso diário
117	Prato mesa vidro fundo 25cm	20	8	8	1x/ano	Uso moderado
118	Prato mesa vidro 25cm	842	340	340	2x/ano	Uso diário intenso
119	Prato plástico refeição fundo 25cm	190	75	75	2x/ano	Alto consumo
120	Ralador 4 faces inox cabo ABS	33	13	13	1x/ano	Uso moderado
121	Recipiente térmico polietileno 10L	3	1	1	1x/ano	Uso ocasional

\* O dimensionamento considerou:

1. **Número de refeições produzidas diariamente** em cada unidade, abrangendo pacientes, acompanhantes e profissionais de saúde;

2. **Estoque atual de utensílios**, identificando os itens em condições de uso e aqueles danificados ou em quantidade insuficiente;
3. **Vida útil média dos materiais**, levando em conta o desgaste natural decorrente do uso contínuo e das lavagens frequentes;
4. **Proporção utensílio/refeição**, estabelecida de acordo com a capacidade operacional de cada item (ex.: número de refeições atendidas por panela, bandeja ou talher);
5. **Margem de segurança operacional** (estimada entre 10% e 20%), necessária para suprir eventuais perdas, quebras ou aumento da demanda de refeições.

**PREÇO MÉDIO ESTIMADO** : R\$ 178.378,78 (cento e setenta e oito mil, trezentos e setenta e oito reais e setenta e oito centavos), consoante Mapa Comparativo de preços SEI ID nº 14250184

### 1.3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 1.3.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 24.007, de 24 de abril de 2023;
- 1.3.2. O(s) objeto(s) dessa licitação são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei n.º 14.133, de 2021.

### 1.4. DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.4.1. O prazo de vigência da contratação será de 1 (um) ano, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, na forma dos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4.2. A prorrogação prevista neste item dependerá de ateste, pela autoridade competente, de que as condições e preços permanecem vantajosos para a Administração, sendo permitida negociação com o contratado.
- 1.4.3. O fornecimento dos utensílios será realizado em compra única, considerando que se trata de aquisição destinada a suprir necessidade específica e pontual desta Autarquia, conforme estudo técnico prévio. Não se configura como fornecimento continuado.

### 1.5. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO CONFERIDO À ME/EPP/MEI EM CONTRATAÇÕES E LICITAÇÕES PÚBLICAS

- 1.5.1. A presente licitação será realizada com **participação exclusiva** de Microempresas – ME, Microempreendedores Individuais – MEI e Empresas de Pequeno Porte – EPP, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, uma vez que o valor estimado **individual de cada item** se enquadra no limite legal de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
- 1.5.2. O tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006 aplica-se a esta licitação em sua integralidade, cabendo ao licitante comprovar o enquadramento como ME, MEI ou EPP, bem como o atendimento às demais exigências legais e editalícias.
- 1.5.3. Compete à Administração Pública assegurar a observância do tratamento diferenciado e favorecido **exclusivamente** às empresas que comprovem, de forma válida, o enquadramento como Microempresa, Microempreendedor Individual ou Empresa de Pequeno Porte.

**1.5.4.** Não se aplica ao presente certame a sistemática de cota reservada ou de cota principal, prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, tendo em vista que **todos os itens da licitação são destinados à participação exclusiva** de Microempresas, Microempreendedores Individuais e Empresas de Pequeno Porte.

**1.5.5.** É vedada a aplicação dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 às empresas que, embora participantes do certame, não atendam aos requisitos legais de enquadramento ou que, no ano-calendário da realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados ultrapassem o limite máximo de receita bruta admitido para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

**1.5.6.** Para fins de habilitação, o licitante deverá apresentar **Declaração de Enquadramento como Microempresa,**

**Microempreendedor Individual ou Empresa de Pequeno Porte,** comprovando o atendimento aos limites legais de receita bruta e às demais condições previstas na legislação aplicável.

COTA EXCLUSIVA							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	E-GOVENE	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Abridor de latas em alumínio.	UND	27575	437939	12	R\$ 3,00	R\$ 36,00
2	Afiador de faca em alumínio 30 cm.	UND	27598	328784	20	R\$ 18,05	R\$ 361,00
3	Abafador para cobrir alimentos de plástico atóxico, lavável, resistente, tamanho grande.	UND	17997	8462	27	R\$ 12,79	R\$ 345,33
4	Assadeira de vidro quadrada com tampa capacidade 750ml.	UND	17998	628781	5	R\$ 30,61	R\$ 153,05
5	Bacia de plástico atóxico, capacidade de 10 litros.	UND	42435	326593	19	R\$ 13,48	R\$ 256,12
6	Bacia de alumínio polido, 40cm de diâmetro.	UND	5062	236285	28	R\$ 39,18	R\$ 1.097,04
7	Bacia de alumínio polido, 50 cm de diâmetro.	UND	27601	236286	13	R\$ 54,29	R\$ 705,77
8	Bacia de plástico atóxico, capacidade 15 litros.	UND	27604	320839	25	R\$ 24,39	R\$ 609,75
9	Bacia plástica atóxico, capacidade 40 litros.	UND	27603	292589	7	R\$ 30,59	R\$ 214,13
10	Bacia de plástico atóxico, capacidade 25 litros.	UND	42434	292588	9	R\$ 26,50	R\$ 238,50

11	Bacia de plástico atóxico, capacidade 5 litros	UND	27605	355097	34	R\$ 12,80	R\$ 435,20
12	Bacia Plástica atóxico, capacidade 2 litros.	UND	42436	355090	13	R\$ 6,70	R\$ 87,10
13	Bacia em alumínio polido, 30 cm de diâmetro.	UND	42465	237926	16	R\$ 27,23	R\$ 435,68
14	Bandeja de polietileno alta, cor branca, tamanho grande.	UND	44080	420651	12	R\$ 27,47	R\$ 329,64
15	Bandeja de polietileno alta, cor branca, tamanho médio.	UND	44081	420650	4	R\$ 42,48	R\$ 169,92
16	Bandeja retangular em aço inoxidável lisa medindo 49,1 (comprimento) x 33,1(largura) cm.	UND	34054	624519	12	R\$ 149,50	R\$ 1.794,00
17	Bandeja em aço inox, com alça, 48/32cm.	UND	27606	269353	11	R\$ 128,48	R\$ 1.413,28
18	Batedor de bife manual em alumínio maciço.	UND	27608	628082	2	R\$ 33,09	R\$ 66,18
19	Batedor de Alumínio tipo Fouet.	UND	2031	334505	2	R\$ 11,93	R\$ 23,86
20	Bule em alumínio, capacidade 05 litros.	UND	42439	335113	9	R\$ 96,38	R\$ 867,42
21	Caçarola de alumínio reforçado , linha Hotel, com tampa, 02 alças capacidade 20 litros, Nº 38.	UND	44087	365873	11	R\$ 149,99	R\$ 1.649,89
22	Caçarola de alumínio reforçado, linha Hotel, com tampa, 02 alças capacidade 8 litros.	UND	44085	254386	16	R\$ 81,61	R\$ 1.305,76
23	Caçarola de alumínio reforçado, linha Hotel, com tampa, 02 alças capacidade 31 litros, Nº 45.	UND	44088	267910	21	R\$ 201,02	R\$ 4.221,42
24	Caçarola de alumínio reforçado, linha Hotel, com tampa, 02 alças, Nº60.	UND	44090	257722	5	R\$ 454,41	R\$ 2.272,05
25	Caçarola de alumínio reforçado, linha hotel, com tampa, 02 alças capacidade 5	UND	42444	357235	16	R\$ 46,68	R\$ 746,88

	litros, Nº 24.						
26	Caçarola de alumínio reforçado, linha Hotel, com tampa, 02 alças capacidade 12 litros, Nº 32.	UND	44086	365869	11	R\$ 89,42	R\$ 983,62
27	Caçarola de alumínio reforçado, linha hotel, com tampa, 02 alças capacidade 45 litros.	UND	42451	622944	11	R\$ 312,59	R\$ 3.438,49
28	Caixa organizadora com tampa de plástico, capacidade 17 Litros Tamanho Aproximadamente 16 x 52 cm.	UND	42455	438009	15	R\$ 37,81	R\$ 567,15
29	Caixa plástica para frigorífico 40 Litros, cor branca de polietileno de alta densidade.	UND	32186	410281	8	R\$ 82,35	R\$ 658,80
30	Caldeirão de alumínio reforçado, linha Hotel, com tampa, 02 alças, capacidade 45 Litros, Nº 40.	UND	44091	283204	14	R\$ 221,93	R\$ 3.107,02
31	Caldeirão de alumínio reforçado, com tampa, 02 alças, capacidades 38 litros, Nº 38.	UND	44092	297301	5	R\$ 210,88	R\$ 1.054,40
32	Caldeirão de alumínio, linha Hotel, com tampa, 02 alças, capacidade 15 litros, Nº 28.	UND	42453	331900	7	R\$ 125,97	R\$ 881,79
33	Coador de pano (100% algodão) para café, tamanho Grande.	UND	42443	440719	68	R\$ 9,16	R\$ 622,88
34	Colher de sopa, em inox, sem cabo de polietileno.	UND	32213	232833	2.040	R\$ 3,96	R\$ 8.078,40
35	Colher grande em alumínio fundido.	UND	44083	631603	48	R\$ 50,11	R\$ 2.405,28
36	Colher grande, em inox, com cabo polietileno	UND	42441	240322	2	R\$ 57,81	R\$ 115,62



37	Colher para caldeirão em polietileno, plana, sem furo, tamanho 7,5 x 60 cm.	UND	17529	465662	6	R\$ 35,96	R\$ 215,76
38	Colher para caldeirão em polietileno, côncava, tamanho médio 45 cm.	UND	42444	455638	20	R\$ 41,63	R\$ 832,60
39	Colher para servir arroz, em inox, tamanho grande.	UND	27899	315150	91	R\$ 21,55	R\$ 1.961,05
40	Colher de polipropileno plana, sem furo, Tamanho 34 cm x 5 cm.	UND	12327	623404	19	R\$ 21,50	R\$ 408,50
41	Concha industrial Nº 14 em alumínio resistente, capacidade 500 ml, Com dimensão maior que 40 cm.	UND	40430	283165	8	R\$ 21,84	R\$ 174,72
42	Concha, em inox, com 08 cm diâmetro aproximadamente.	UND	42440	339944	75	R\$ 14,73	R\$ 1.104,75
43	Conjunto de potes mantimentos em polietileno, com 4 peças.	CONJUNTO	44094	305095	16	R\$ 32,60	R\$ 521,60
44	Contentores engradados plásticos (fenestrados) para hortaliças e frutas, dimensão 500 x 300x 230cm.	UND	27657	388623	58	R\$ 46,61	R\$ 2.703,38
45	Copo de plástico resistente, atóxico com alça.	UND	27905	609866	100	R\$ 5,27	R\$ 527,00
46	Cortador de legumes com tripé, em alumínio.	UND	27656	339435	18	R\$ 187,31	R\$ 3.371,58
47	Cuscuzzeiro linha hotel em alumínio reforçado, Nº 38.	UND	42454	631605	18	R\$ 173,62	R\$ 3.125,16
48	Cutelo em aço inox com cabo de polietileno.	UND	27644	331212	12	R\$ 37,69	R\$ 452,28
49	Depósito plástico retangular com tampa, capacidade 03 litros.	UND	27659	249089	23	R\$ 15,53	R\$ 357,19
50	Depósito plástico retangular com tampa, capacidade 05 litros.	UND	27660	238805	46	R\$ 19,61	R\$ 902,06

51	Depósito plástico retangular com tampa, capacidade 10 litros.	UND	27163	304384	30	R\$ 26,58	R\$ 797,40
52	Depósito plástico atóxico, retangular com tampa, capacidade 18 litros.	UND	32216	370149	20	R\$ 33,37	R\$ 667,40
53	Depósito plástico retangular com tampa, capacidade 30 litros.	UND	43131	433106	34	R\$ 115,22	R\$ 3.917,48
54	Escorredor de prato, em inox, para 20 pratos.	UND	27669	398237	5	R\$ 164,43	R\$ 822,15
55	Escorredor de talheres em plástico resistente com divisória.	UND	42465	397191	7	R\$ 18,92	R\$ 132,44
56	Escorredor PARA macarrão em plástico resistente, tamanho Grande, com cabo.	UND	46259	395163	9	R\$ 12,08	R\$ 108,72
57	Escorredor para macarrão em alumínio, 40 cm de diâmetro	UND	5091	424013	19	R\$ 21,85	R\$ 415,15
58	Escumadeira em aço Inox, com 14 cm de diâmetro.	UND	32170	302944	38	R\$ 25,15	R\$ 955,70
59	Espátula para bolo em aço inox.	UND	42457	609927	9	R\$ 16,43	R\$ 147,87
60	Espremedor de alho em alumínio reforçado.	UND	42458	357203	10	R\$ 15,32	R\$ 153,20
61	Espremedor de batata, em alumínio, tipo chapa cravada.	UND	5317	357202	11	R\$ 34,81	R\$ 382,91
62	Faca de cozinha para carne, com lâmina em inox, com cabo anatômico em polipropileno branco 8".	UND	42692	455573	84	R\$ 24,26	R\$ 2.037,84
63	Faca de mesa, em inox, sem cabo de polietileno.	UND	27612	356113	2.113	R\$ 5,01	R\$ 10.586,13
64	Faca para açougueiro com cabo branco polietileno, tamanho 30 cm.	UND	42459	286744	20	R\$ 24,85	R\$ 497,00
65	Faca para corte de legumes, lâmina em inox, cabo anatômico em polietileno 6", cor	UND	42693	355721	83	R\$ 22,08	R\$ 1.832,64

	branca.						
66	Forma para pão retangular, em alumínio antiaderente, 30 cm.	UND	44102	222505	11	R\$ 32,49	R\$ 357,39
67	Forma Assadeira em alumínio, redonda, alta, nº 45	UND	27221	616123	12	R\$ 58,15	R\$ 697,80
68	Forma Assadeira em alumínio, retangular alta, nº 03	UND	27223	465744	12	R\$ 42,87	R\$ 514,44
69	Forma Assadeira em alumínio, retangular alta, nº 04	UND	27226	236265	27	R\$ 46,53	R\$ 1.256,31
70	Forma Assadeira em alumínio, retangular baixa, nº 04	UND	27225	459967	13	R\$ 35,67	R\$ 463,71
71	Forma para bolo, redonda, de alumínio, com furo e diâmetro aproximado de 40 cm.	UND	27938	236266	16	R\$ 30,98	R\$ 495,68
72	Forma redonda para bolo em alumínio, com furo, diâmetro 30 cm, Nº30.	UND	44103	248968	24	R\$ 35,72	R\$ 857,28
73	Frigideira em alumínio fundido, com cabo, 30 cm de diâmetro.	UND	27665	352908	25	R\$ 65,90	R\$ 1.647,50
74	Frigideira em alumínio fundido, com cabo, 50 cm de diâmetro.	UND	27666	442943	21	R\$ 175,35	R\$ 3.682,35
75	Frigideira em aço inox, com teflon, com 25 cm de diâmetro, CABO EM BAQUELITE.	UND	43135	313574	29	R\$ 99,22	R\$ 2.877,38
76	Gastronorm GN1/1 100mm, lisa, em aço inox, Tamanho padrão internacional, compatível com forno combinado, Utilizado no preparo de legumes e na distribuição de alimentos, Dimensões 530 mm (Comprimento) x 325	UND	48091	630487	92	R\$ 129,05	R\$ 11.872,60

	mm (Largura).						
77	Gastronorm GN1/2 100mm, lisa, em aço inox, com tampa e sem alça.	UND	48090	317061	2	R\$ 68,80	R\$ 137,60
78	Garfo de mesa, em inox, sem cabo de polietileno.	UND	27611	437871	2.181	R\$ 2,45	R\$ 5.343,45
79	Garfo para assado, com 02 dentes em inox.	UND	44077	334674	30	R\$ 9,62	R\$ 288,60
80	Garrafa térmica com pressão, capacidade 01 litro.	UND	42466	275682	63	R\$ 44,56	R\$ 2.807,28
81	Garrafa térmica com pressão, capacidade aproximada de 1,8 litros.	UND	42467	355752	37	R\$ 81,99	R\$ 3.033,63
82	garrafa térmica com torneira e alça para transporte, tampa de enroscar, capacidade de 12 litros.	UND	42468	232403	12	R\$ 119,19	R\$ 1.430,28
83	Garrafa térmica para suco e/ou água, com torneira e alça para transporte, capacidade 05 litros.	UND	42469	370718	28	R\$ 70,66	R\$ 1.978,48
84	Garrafa térmica inox, por pressão com ampola de vidro e alça acoplada na bomba, capacidade para 03 litros.	UND	43137	374465	18	R\$ 314,06	R\$ 5.653,08
85	Jarra medidora em plástico, capacidade 1 litro graduada.	UND	42473	283809	46	R\$ 10,95	R\$ 503,70
86	Jarra para suco, em inox, capacidade 02 litros.	UND	42472	242520	29	R\$ 72,51	R\$ 2.102,79
87	Jarra plástica com tampa, graduada, capacidade 02 litros.	UND	44078	367248	57	R\$ 19,28	R\$ 1.098,96
88	Jarra plástica com tampa, graduada, capacidade 05 litros.	UND	42471	426094	78	R\$ 37,00	R\$ 2.886,00
89	Jarra plástica com tampa, graduada, capacidade 03 litros.	UND	44079	424328	47	R\$ 19,54	R\$ 918,38
90	Jarra de vidro para suco, capacidade 1,5 litros.	UND	4764	356505	6	R\$ 24,50	R\$ 147,00
91	Leiteira em alumínio com tampa e cabo, capacidade 05 litros.	UND	42474	343650	12	R\$ 86,71	R\$ 1.040,52

92	Leiteira em alumínio com tampa e cabo, capacidade 10 litros.	UND	17652	343651	5	R\$ 136,33	R\$ 681,65
93	Liquidificador doméstico, capacidade 02 litros.	UND	29840	439372	7	R\$ 149,52	R\$ 1.046,64
94	Mamadeira plástica transparente autoclavável, atóxica, milimetrada com bico e tampa, selo do INMETRO, capacidade 50 ml.	UND	42476	233941	10	R\$ 14,77	R\$ 147,70
95	Mamadeira plástica transparente autoclavável, atóxica, milimetrada com bico e tampa, selo do INMETRO, capacidade 150 ml.	UND	43140	609863	25	R\$ 16,72	R\$ 418,00
96	Mamadeira plástica transparente autoclavável, atóxica, milimetrada com bico de silicone e tampa, selo do INMETRO, capacidade 260 ml.	UND	42477	225410	30	R\$ 78,88	R\$ 2.366,40
97	Monobloco branco em polipropileno e polietileno, capacidade para 50 Litros, para armazenamento de diversas alimentos.	UND	42479	389420	40	R\$ 70,99	R\$ 2.839,60
98	Monobloco em polietileno liso de alta intensidade, capacidade 16 litros, tamanho médio 50 x 30 cm, profundidade 10 cm, Cor branca.	UND	42481	397209	29	R\$ 38,88	R\$ 1.127,52
99	Panela de pressão em alumínio reforçado, capacidade 4,5 litros.	UND	44093	241802	5	R\$ 68,24	R\$ 341,20
100	Panela de pressão em alumínio reforçado, capacidade 20 litros.	UND	27683	616647	14	R\$ 332,44	R\$ 4.654,16
101	Panela de pressão em alumínio, capacidade 7,5 litros.	UND	27678	421716	20	R\$ 140,68	R\$ 2.813,60
102	Papeiro em alumínio, com tampa e cabo, capacidade 02 litros.	UND	44084	397244	43	R\$ 28,34	R\$ 1.218,62

103	Organizador de Talheres com tampa em plástico resistente	UND	2037	323187	12	R\$ 31,50	R\$ 378,00
104	Luvas de segurança em malha de aço inox 100%, tipo açougueiro para proteção de corte de facas e desossa, fio com diâmetro de 0,55 mm e anéis com diâmetro interno de 2,9 mm e externo de 4,0 mm com pulseira malha aço inox para fechamento e ajuste no punho, curta, cinco dedos.	PAR	24544	316463	8	R\$ 311,40	R\$ 2.491,20
105	Par de Luvas térmicas para cozinha, modelo 5 dedos, com tecido de fibra inerente a chama Thermex Tim permeabilizado, forro interno fixo com feltro e tecido de algodão, Tamanho 40 cm.	PAR	27706	626521	14	R\$ 178,23	R\$ 2.495,22
106	Pegador para assado em aço inox.	UND	27957	609390	12	R\$ 12,23	R\$ 146,76
107	Pegador para massa em inox.	UND	42486	344681	39	R\$ 7,37	R\$ 287,43
108	Peneira com 30 cm diâmetro com tela em aço inox.	UND	42488	431338	17	R\$ 36,78	R\$ 625,26
109	Peneira de plástico atóxico, funda, com 30 cm de diâmetro, com cabo.	UND	42484	331945	30	R\$ 10,09	R\$ 302,70
110	Peneira de plástico, atóxico, com aro revestido em plástico de polietileno, com 40 cm de diâmetro, sem cabo.	UND	42485	450388	13	R\$ 22,96	R\$ 298,48
111	Peneira plástica funda em polietileno, 19 cm de diâmetro.	UND	42483	321816	11	R\$ 9,43	R\$ 103,73
112	Pirex refratário, tipo marinex, retangular, tamanho grande.	UND	27704	473455	22	R\$ 51,90	R\$ 1.141,80



113	Placa de corte em polipropileno, cor branca, dimensão 150 cm x 60 cm.	UND	18622	437199	2	R\$ 289,01	R\$ 578,02
114	Placa para corte de alimentos/frutas em polietileno na cor amarela, média 40 cm x 30 cm.	UND	32182	334889	19	R\$ 68,17	R\$ 1.295,23
115	Placa para corte de carne em polietileno cor branca, com caneta, média 60 cm x 30 cm e 10 mm de altura.	UND	32180	430331	58	R\$ 63,70	R\$ 3.694,60
116	Placa para corte de legumes em polietileno na cor verde, média 40 cm x 30 cm.	UND	32181	416161	43	R\$ 61,80	R\$ 2.657,40
117	Prato de mesa, de vidro fundo, tipo duralex, transparente, diâmetro De 25 cm.	UND	44099	311419	20	R\$ 8,51	R\$ 170,20
118	Prato de mesa, de vidro, tipo duralex, transparente, diâmetro De 25 cm.	UND	27687	222373	842	R\$ 7,15	R\$ 6.020,30
119	Prato de plástico para refeição fundo, diâmetro 25 cm.	UND	17518	389205	190	R\$ 5,01	R\$ 951,90
120	Ralador com 04 faces, lâmina em aço inox e cabo ABS.	UND	27677	261597	33	R\$ 22,51	R\$ 742,83
121	Recipiente térmico para bebidas de polietileno com torneiras embutidas, a prova de gotejamento, capacidade de 10 litros, medindo aproximadamente 42,5 cm x 30 cm x 50 cm, cor cinza.	UND	42491	393573	3	R\$ 130,12	R\$ 390,36
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>							R\$ 178.378,78

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Esta contratação e seus quantitativos dispõem de fundamentação legal e técnica, conforme Estudo Técnico Preliminar, e destinam-se à aquisição de utensílios de cozinha, com o objetivo de atender às necessidades dos Hospitais, dos 07 CAPS e da 01 Residência

Terapêutica (SRT) vinculados à Fundação Municipal de Saúde, no município de Teresina – PI, compreendendo: 08 hospitais públicos municipais, incluindo o Hospital de Urgência de Teresina – HUT, a Maternidade Pública Municipal Wall Ferraz/Rede Alyne, os 07 CAPS e a 01 SRT.

2.2. Os itens objeto desta contratação são imprescindíveis para suprir as necessidades estruturais das unidades de saúde, uma vez que os utensílios de cozinha garantem o adequado preparo, acondicionamento e distribuição das refeições oferecidas aos pacientes e profissionais. Tais condições contribuem diretamente para a recuperação dos pacientes, a redução do tempo de internação hospitalar e a preservação da saúde dos trabalhadores que executam suas rotinas. O quantitativo solicitado, por sua vez, está compatível com a demanda apresentada, considerando que a Fundação Municipal de Saúde mantém, em média, de 03 (três) a 04 (quatro) mil refeições/dia em sua Rede Hospitalar Municipal, incluindo o HUT, os CAPS e a SRT.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A solução proposta consiste na aquisição de utensílios de cozinha destinados às Unidades de Alimentação e Nutrição da Rede Hospitalar, ao Hospital de Urgência de Teresina (HUT), à Rede Alyne e aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), vinculados à Fundação Municipal de Saúde (FMS). O objetivo é repor os utensílios desgastados pelo uso contínuo e suprir as demandas imediatas das unidades, garantindo condições adequadas para o preparo, armazenamento e distribuição das refeições servidas diariamente a pacientes, acompanhantes e profissionais de saúde.

3.1.2. A medida visa assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços de nutrição hospitalar, em conformidade com as normas sanitárias da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA (RDC nº 216/2004, RDC nº 275/2002, RDC nº 331/2019 e demais regulamentações aplicáveis), promovendo a eficiência operacional, a segurança alimentar e o cumprimento das boas práticas de manipulação de alimentos.

3.1.3. Considerando o ciclo de vida dos utensílios de cozinha, a aquisição contempla produtos de maior durabilidade, resistência e fácil higienização, de modo a reduzir a necessidade de substituições frequentes, otimizar recursos públicos e contribuir para a sustentabilidade das operações das Unidades de Alimentação e Nutrição. O descarte dos materiais inservíveis deverá observar as normas ambientais e de segurança aplicáveis.

3.1.4. A entrega dos materiais deverá ocorrer de forma única e conforme cronograma a ser definido pela Administração, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, devendo os produtos ser entregues novos, em perfeitas condições de uso, devidamente embalados e acompanhados das respectivas notas fiscais e, quando aplicável, de manual de instruções e termo de garantia.

3.1.5. O prazo de garantia será aquele previsto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), fixado em 90 (noventa) dias para produtos duráveis, sem prejuízo de garantias contratuais adicionais oferecidas pelo fabricante. Durante o período de garantia, os utensílios deverão estar livres de defeitos de fabricação, vícios de qualidade ou quantidade, mau funcionamento ou qualquer outra condição que comprometa seu uso adequado.

3.1.6. Constatado qualquer defeito ou irregularidade dentro do prazo de garantia, a empresa fornecedora deverá proceder à substituição imediata do item defeituoso, sem ônus para a

Administração, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação formal.

3.1.7. A contratada deverá assegurar a disponibilidade de assistência técnica e suporte para atendimento de eventuais ocorrências relacionadas à integridade, qualidade ou desempenho dos produtos, durante todo o período de garantia, comprometendo-se a reparar ou substituir os itens, conforme necessário.

3.1.8. Os utensílios fornecidos deverão atender às especificações técnicas estabelecidas pela FMS, observando padrões de qualidade, segurança e durabilidade compatíveis com o uso institucional em ambientes hospitalares, garantindo o pleno atendimento às exigências funcionais e sanitárias.

## **2. PARCELAMENTO DO OBJETO**

2.1. O parcelamento da aquisição mostra-se medida vantajosa, considerando que o objeto da contratação possui natureza divisível. Tal procedimento amplia a participação das empresas licitantes, permitindo que aquelas que não disponham da totalidade dos itens possam concorrer de forma individualizada ou parcial.

2.2. A divisão em itens visa otimizar os recursos disponíveis no mercado e fomentar a competitividade entre fornecedores, desde que observados os critérios de viabilidade técnica e econômica, de modo a não comprometer a obtenção da economia de escala.

2.3. A adoção desse critério encontra amparo no artigo 23, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, bem como no artigo 40, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, os quais estabelecem que o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que técnica e economicamente viável, como forma de ampliar a competitividade, evitar a concentração de mercado e assegurar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

## **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

3.1. O objeto da presente contratação é a aquisição de utensílios de cozinha, com a finalidade de equipar as unidades da Rede Hospitalar, Hospital de Urgência de Teresina (HUT), Maternidade Wall Ferraz/Rede Alyne, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e Residências Terapêuticas (SRT), assegurando condições adequadas para o preparo, armazenamento e distribuição das refeições servidas a pacientes, acompanhantes e profissionais de saúde.

3.1.2. Todos os itens são considerados bens comuns, nos termos do artigo 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, e deverão atender aos seguintes requisitos:

- **Qualidade e durabilidade:** os utensílios deverão ser fabricados com materiais robustos, seguros para contato com alimentos e de alta resistência, de forma a suportar o uso contínuo e frequente, garantindo sua vida útil prolongada.
- **Segurança alimentar e higiene:** deverão atender às normas de segurança alimentar, sendo confeccionados com materiais não tóxicos e próprios para contato com alimentos, evitando riscos de contaminação cruzada durante o preparo e manuseio.
- **Facilidade de higienização:** deverão possibilitar limpeza e desinfecção adequadas, resistindo a lavagens frequentes, inclusive em altas temperaturas, de modo a assegurar a eliminação de resíduos e micro-organismos.
- **Funcionalidade e adequação:** os utensílios deverão ser compatíveis com as atividades desenvolvidas nas cozinhas hospitalares e de apoio, permitindo preparo, cocção,

armazenamento e distribuição de alimentos em larga escala, com praticidade e eficiência.

▪ **Sustentabilidade:** sempre que possível, recomenda-se a aquisição de utensílios sustentáveis, produzidos com materiais recicláveis ou biodegradáveis, em conformidade com os princípios da sustentabilidade previstos no artigo 5º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021.

▪ **Catálogo ou ficha técnica:** a empresa licitante deverá apresentar catálogo do produto e/ou ficha técnica dos itens ofertados, contendo descrição detalhada da marca/modelo, características, especificações técnicas e demais informações que possibilitem a avaliação pela Administração.

3.1.3. **Prazo de entrega:** Os itens deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento, em única remessa, nos locais indicados pela Administração.

### **3.2. DA SUSTENTABILIDADE**

5.2.1. Deverão ser observados os critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devendo serem atendidos os requisitos abaixo, que se baseiam no Plano de Logística Sustentável do órgão/entidade:

- a) menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência dos materiais, tecnologia e matérias-primas de origem local;
- b) boas práticas de governança, ambiental, social e trabalhista;
- c) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços contratados.

5.2.2. O fornecimento dos itens também deverá observar o disposto no Decreto 10.936/2022 que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos, criada pela lei anteriormente mencionada (12.305/2010).

### **3.3. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA**

5.3.1. Considerando que os utensílios de cozinha a serem adquiridos possuem especificações técnicas claras, objetivas e devidamente descritas no Termo de Referência, não se mostra necessária a exigência de amostra. Tais produtos encontram-se amplamente disponíveis no mercado, sendo possível atestar a conformidade das propostas por meio da análise da documentação técnica e dos catálogos apresentados pelos fornecedores.

5.3.2. Ademais, a dispensa da apresentação de amostra contribui para a celeridade do processo licitatório e evita custos adicionais para as empresas participantes, sem prejuízo ao controle da qualidade, que poderá ser verificado no momento do recebimento do material, mediante conferência com as especificações definidas pela Administração.

### **3.4. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE**

5.4.1 Não se aplica.

### **3.5. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**

5.5.1. Não poderão participar desta licitação consórcios de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição. A vedação à participação de consórcio neste certame justifica-se diante da natureza do objeto licitado, o qual apresenta natureza comum, podendo ser ofertado por um número amplo de potenciais participantes, inclusive

empresas de pequeno e médio porte que, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, não implicando qualquer limitação quanto à competitividade.

### 3.6. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

5.6.1 No presente Termo de Referência, a escolha da Administração pela vedação à participação de cooperativas se dá em razão s possíveis implicações que a não existência de vínculo de subordinação entre cooperados e cooperativa traria ao longo da execução contratual, causando prejuízos à Administração e aos serviços. Por exemplo, não seria possível exigir que a cooperativa determinasse a imediata substituição de condutor cooperado que viesse a apresentar conduta imprópria, ou viesse a prestar os serviços em desacordo com o determinado no presente Termo de Referência e Contrato. De tal sorte, justifica-se a vedação à participação de cooperativas

### 3.7. DA SUBCONTRATAÇÃO

5.7.1. A justificativa para não subcontratar em licitações é baseada na busca por **maior controle da qualidade e segurança da execução**, na **preservação da responsabilidade integral da contratada** e na **evitação de conflitos de interesse**. A vedação é justificável quando a subcontratação pode comprometer a economicidade e a eficiência da contratação.

5.7.2. Desta forma, a subcontratação não será adotada, visando:

a) **Garantia de qualidade e responsabilidade:** A vedação da subcontratação assegura que a empresa contratada será integralmente responsável pela execução do contrato, sem o risco de delegação de responsabilidades a terceiros desconhecidos do órgão público.

b) **Prevenção de conflitos de interesse:** A subcontratação pode ser proibida para evitar vínculos de parentesco ou relações comerciais entre a empresa subcontratada e os agentes públicos envolvidos na licitação, fiscalização ou gestão do contrato, conforme o Art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

c) **Preservação da qualificação técnica:** Se a licitação foi vencida por uma empresa com qualificação técnica específica e indispensável para o serviço, a subcontratação de parcelas relevantes pode comprometer a razão principal da escolha da empresa e a execução adequada do objeto, especialmente se a subcontratada não possuir a mesma expertise.

d) **Evitar fraudes e má-fé:** A não subcontratação pode ser utilizada como uma medida para coibir fraudes, já que a contratação direta e sem subcontratação dificulta a criação de empresas de fachada e a ocultação de quem realmente executará o serviço.

e) **Garantir a economicidade:** A vedação pode garantir que a contratação permaneça mais vantajosa economicamente para o órgão público, uma vez que a subcontratação pode acarretar custos adicionais que não estavam previstos no orçamento original.

## 4. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.1. Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia contratual nas contratações públicas é facultativa, ficando a critério da autoridade competente e condicionada à previsão expressa no edital, bem como à análise da complexidade técnica, do risco envolvido na contratação e do custo administrativo decorrente da



exigência.

**4.2.** No presente caso, trata-se da aquisição de bens duráveis (utensílios), disponíveis no mercado e com risco reduzido de inadimplemento, considerando a natureza do objeto e o seu fornecimento de forma imediata e integral.

**4.3.** Ressalta-se que o risco de descumprimento contratual pode ser mitigado por outros meios de controle que serão previstos no edital e no contrato, como o pagamento apenas após a prestação do serviço e sua aceitação definitiva, bem como a aplicação das sanções contratuais cabíveis em caso de inadimplemento.

**4.4.** Diante do exposto, não se recomenda a exigência de garantia contratual para a presente aquisição, por se tratar de contratação de objeto padronizado e disponível, o que está plenamente respaldado pelo disposto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **5.1. CONDIÇÕES DE ENTREGA**

**7.1.1.** A empresa contratada deverá fornecer os utensílios conforme as especificações solicitadas, realizando a entrega

mediante requisição da Gerência de Nutrição – GENUT/FMS, de acordo com o cronograma estabelecido e conforme a necessidade real de cada Unidade da Rede Hospitalar Municipal, incluindo o HUT, a Maternidade Wall Ferraz/Rede Alyne e os CAPS's/Residências Terapêuticas.

A solicitação será encaminhada por e-mail, especificando os utensílios e as respectivas quantidades a serem entregues, devendo a contratada atender ao pedido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a contar do recebimento da Nota de Empenho.

**7.1.2.** As entregas deverão ser realizadas **diretamente nas unidades hospitalares, na Maternidade Wall Ferraz/Rede Alyne e nos CAPS's/Residências Terapêuticas, exclusivamente no horário de 08:00 às 13:00 horas e de segunda a sexta-feira**, conforme endereços constantes no Anexo I deste Termo de Referência. Os materiais deverão ser recebidos pela Chefia do Setor de Nutrição (nutricionista responsável) ou por servidor formalmente designado, que efetuará a conferência das especificações, qualidade e quantidades, sem qualquer ônus adicional à contratante além do valor adjudicado e constante do contrato.

**7.1.3.** O objeto deverá ser entregue em embalagem original, contendo de forma legível as indicações de marca, fabricante/produtor, procedência, manual de uso e certificado de garantia.

**7.1.4.** Todas as despesas decorrentes da substituição ou reposição de materiais entregues em desacordo com as especificações contratuais correrão por conta exclusiva da contratada.

**7.1.5.** A contratada deverá emitir guias de remessa informatizadas, sem rasuras, contendo obrigatoriamente as seguintes informações: nome e endereço completo da contratante, descrição detalhada do material entregue (incluindo unidade e quantidade), data da entrega e assinaturas do recebedor e do fornecedor, com respectivos carimbos de identificação.

**7.1.6.** A contratante emitirá Nota de Empenho, na qual constarão o número do contrato vinculado, o valor e o quantitativo do item adquirido. Os produtos deverão ser



armazenados e transportados em condições adequadas, evitando-se proximidade com gás liquefeito de petróleo (GLP) ou quaisquer substâncias potencialmente tóxicas, a fim de prevenir contaminação ou impregnação de odores.

7.1.7. Os empregados ou técnicos da contratada deverão se apresentar nas dependências dos locais de entrega devidamente identificados, utilizando uniforme e/ou crachá contendo nome do funcionário e identificação da empresa. É vedada a circulação desses profissionais em áreas não relacionadas diretamente à execução do serviço.

7.1.8. Os produtos entregues deverão estar adequadamente acondicionados, em embalagens de fábrica lacradas pelo fabricante, assegurando a integridade e conservação dos itens. O transporte deverá ser realizado em veículos em perfeitas condições técnicas e sanitárias, compatíveis com a natureza dos materiais fornecidos.

## **5.2. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA OU GARANTIA DO OBJETO**

7.2.1. O prazo de garantia será aquele previsto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), sem prejuízo de garantias legais ou contratuais adicionais do fabricante. Durante este período, os produtos deverão estar livres de defeitos de fabricação, vícios de qualidade ou quantidade, mau funcionamento ou qualquer outra condição que comprometa seu uso adequado.

7.2.2. A contratada será responsável por fornecer assistência técnica, manutenção e reparos, sem custo adicional para a contratante, incluindo substituição de peças ou troca integral do item, caso não seja possível o conserto.

7.2.3. Produtos entregues com defeito, avaria ou não conformidade deverão ser substituídos ou reparados em até 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da contratante, sem prejuízo do prazo total de garantia previsto em lei ou contrato.

7.2.4. Todas as trocas ou reparos deverão ocorrer sem custos adicionais, abrangendo transporte, mão de obra, peças e quaisquer despesas necessárias para a execução do serviço.

7.2.5. Produtos substituídos ou reparados deverão ser entregues nas mesmas condições de embalagem, identificação e especificações do item original, garantindo rastreabilidade e registro formal de todo atendimento técnico.

7.2.6. A contratada deverá disponibilizar canal de comunicação direto e eficiente para registro de chamados, acompanhamento de reparos e solicitações de troca, assegurando resposta rápida e registro de protocolo.

7.2.7. A contratante poderá recusar produtos que não atendam aos requisitos de qualidade, procedência ou condições de uso, sendo obrigatória a substituição imediata pela contratada, respeitando os prazos estabelecidos neste item.

7.2.8. Após o término da garantia legal ou contratual, a contratada poderá fornecer serviços de manutenção, reparos ou reposição mediante condições previamente acordadas, sem obrigação da contratante.

7.2.9. As entregas parciais ou totais deverão ser registradas em sistema próprio da FMS, mediante termo de recebimento provisório, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

## **6. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 22.166, de 24 de fevereiro de 2022, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **8.6. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

8.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos;

8.6.2. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

8.6.3. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

8.6.4. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.6.5. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

8.6.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

8.6.7. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **8.7. GESTÃO DO CONTRATO**

8.7.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.7.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.7.3. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.7.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

8.7.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

8.7.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **9.0. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

### **9.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Edital e seus anexos; 9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

9.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Edital e seus anexos;

- 9.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;
- 9.1.8. Adotar as medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações por parte do Contratado, inclusive com a abertura do devido processo administrativo com fins de apuração;
- 9.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Edital e seus anexos, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 9.1.10. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- 9.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 dias;
- 9.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 9.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 9.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.2.4. Comunicar ao contratante, com pelo menos **(05) dias corridos** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.2.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Registro

Cadastral, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal, Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.2.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.2.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo **de 24 (vinte e quatro) horas**, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.2.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.2.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.2.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.2.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.2.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.2.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.2.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.2.19. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;



9.2.20. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do Edital e seus anexos;

9.2.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.2.22. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.2.23. Não permitir atualização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.2.24. Entregar os produtos constantes no Contrato, respeitando, sempre, as normas da ABNT, bem como as portarias e resoluções do INMETRO e da ANVISA, em vigor, no que couber;

9.2.25. Transportar os produtos em meio adequado para evitar a incidência solar sobre eles, ou quaisquer possíveis danos que venham a lesar o objeto;

9.2.26. Manter os produtos absolutamente higienizados e sem amassados, sem remendos e sem ranhuras, de forma que não comprometa a qualidade dos produtos fornecidos;

9.2.27. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir.

## **10. DA CONTRATAÇÃO:**

10.1. Deverá ser respeitada, quando da formalização do instrumento contratual ou correlato, a vigência estabelecida no instrumento convocatório.

10.2. Regime de execução: a execução será indireta.

## **11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DE PAGAMENTO**

### **RECEBIMENTO DO OBJETO**

11.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

11.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo serem substituídos no prazo de **03 (três) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

11.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

11.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de



forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

11.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

11.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

11.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei e pelo contrato.  
**LIQUIDAÇÃO**

11.1.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (DEZ) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

11.1.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar;
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.1.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

11.1.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.12. A Administração deverá realizar consulta ao SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

11.1.13. Constatando-se, junto ao SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL, a situação de

irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

11.1.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

11.1.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

11.1.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL.

#### PAGAMENTO

11.1.17. O pagamento será realizado **em até 30 (trinta) dias corridos**, contados da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e

conta corrente, indicado pelo contratado;

11.1.18. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar à CONTRATANTE solicitação de pagamento, devidamente protocolada, acompanhada dos documentos abaixo relacionados:

11.1.18.1. Cópia legível do empenho;

11.1.18.2. Nota fiscal ou nota fiscal-fatura, devidamente atestada, encaminhada pelo responsável pelo recebimento do produto à CONTRATANTE, sanadas as irregularidades constatadas.

11.1.18.3. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado.

11.1.18.4. Certidão de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;

11.1.18.5. Certidão negativa de Débitos Trabalhistas;

11.1.18.5. Cópias do Contrato e Aditivos (quando houver).

11.1.19. Para início do procedimento de pagamento pela Administração, é imprescindível à Contratada a abertura de Processo Administrativo de Pagamento a ser realizada por meio de processo eletrônico através do Sistema Eletrônico Informações – SEI. Para tanto, necessário o cadastro de usuário das empresas/fornecedores responsáveis pela solicitação de pagamento no site <https://prodater.pmt.pi.gov.br/processoeletronico>, sob orientação e acompanhamento da PRODATER, pelo número 3215- 7592, e-mail: [processoeletronico@pmt.pi.gov.br](mailto:processoeletronico@pmt.pi.gov.br);

11.1.20. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade

fiscal do contratado;

11.1.21. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, a Contratada será notificada para que providencie as medidas saneadoras;

11.1.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

11.1.23. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.1.24. Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

11.1.25. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

11.1.26. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

11.1.27. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação;

11.1.28. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente;

11.1.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

11.1.30. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

11.1.31. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I=	I=	I=0,00016438
(TX)	(6/100) 365	TX =
		Percentual da
		taxa anual
		= 6%.

## 12. DO REAJUSTE DE PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO

12.1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

12.1.1.1. Caso este interregno seja superior a um ano, a empresa fará jus ao reajuste, se o requerer tempestivamente, ainda que não tenha transcorrido um dia sequer de execução do contrato.

12.1.2. Após o interregno de um ano, a pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados mediante a aplicação do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto nº 1.054, de 1994):

$R = V \times (I - I^0) \div I^0$  Onde:

- **R** = Valor do reajuste;
- **V** = Valor contratual a ser reajustado;
- **I<sup>0</sup>** = índice inicial, referente ao índice de preços correspondente à data da proposta apresentada no pregão eletrônico;
- **I** = Índice relativo ao mês do reajustamento.

12.1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.1.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajuste, a contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.1.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.1.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação em vigor.

12.1.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo

índice oficial para reajustamento do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.1.8.O reajuste será formalizado por apostilamento.

12.1.9. O preço contratado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens/serviços, cabendo ao gestor do contrato promover as necessárias negociações junto à contratada.

12.1.10. Quando o preço contratado, por motivo superveniente e devidamente comprovado, tornar-se superior ao praticado no mercado, a Administração deverá:

12.1.10.1.convocar a contratada visando à negociação para redução do preço e à sua adequação ao praticado pelo mercado;

12.1.10.2.frustrada a negociação, a contratada poderá ser liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

12.1.10.3.adotar as medidas administrativas necessárias para nova contratação, visando assegurar a continuidade dos serviços e o atendimento ao interesse público.

12.1.11.Quando o preço de mercado tornar-se superior ao preço contratado e a contratada, mediante requerimento e comprovação, demonstrar impossibilidade de cumprimento do compromisso, a Administração poderá:

12.1.11.1.liberar a contratada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes da autorização de fornecimento ou da emissão da nota de empenho;

12.1.11.2.adotar as medidas administrativas cabíveis para realizar nova contratação, de modo a garantir a execução contratual em condições vantajosas para a Administração.

### **13.INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 , o contratado:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado sanções:
- h) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i)comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j)praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

k) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.1.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021 );

II Impedimento de licitar e contratar , quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar , quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas

alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133 de 2021). Multa:

1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite do 30º (trigésimo) dia;
2. moratória de 0,6% (seis décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, após o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades, limitada ao 60º (sexagésimo) dia de atraso;
3. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021. do objeto;
4. compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total.

13.1.3. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021 ) 13.1.4.

Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ( art. 156, §7º, da Lei nº 14.133 , de 2021);

13.1.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.1.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133 , de 2021);

13.1.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo **de 30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



13.1.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.1.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.1.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

13.1.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.1.9. O Contratante deverá, no prazo máximo **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito Do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.1.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21;

13.1.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### **14. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

14.1. O Contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124

e 125 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.1.1. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de **até 25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras;

14.2. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14.3. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico- financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato;

14.4. As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

## **15. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

15.1. Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor unitário, fixado neste Termo de Referência;

15.1.1. Os valores que permanecerem acima, salvo na hipótese de critério de maior desconto com possibilidade de lances negativo, do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) neste Termo de Referência serão desclassificados;

15.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de MENOR PREÇO POR ITEM.;

15.3. Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima, salvo na hipótese de critério de maior desconto com possibilidade de lances negativo, do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) neste Termo de Referência serão desclassificadas.

15.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

15.4.1. **Valor Global:** R\$ 178.378,78 (cento e setenta e oito mil, trezentos e setenta e oito reais e setenta e oito centavos), consoante Mapa Comparativo de preços SEI ID nº 14250184;

15.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao Termo de Referência.

15.5. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

15.6. É permitido o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

15.7. A proposta deverá conter:

15.7.1. Nome da proponente, endereço completo, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou no Distrito Federal;

15.7.2. Preço unitário e total do(s) item(s), devendo estarem inclusos nos preços ofertados todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação (Havendo divergência entre os preços unitários e total, prevalecerá o primeiro e, se a divergência for entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso).

15.7.3. Em caso de produto importado, a empresa deverá traduzir e autenticar todos os documentos que apresentar à DCP/FMS, por ocasião de alguma resposta ou comprovação por tradutor público juramentada e consularizado;

15.7.4. A proposta deverá conter correio eletrônico (e-mail) e número de telefone válidos para eventuais comunicações, inclusive notificações.

15.8. Critérios de Aceitação da Proposta:

15.8.1. As propostas deverão ter validade não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega e serão selecionadas pelo critério MENOR PREÇO POR ITEM;

15.8.2. As proponentes deverão apresentar propostas em consonância com as especificações técnicas do Termo de Referência com respectivas marcas, modelos e preços dos produtos ofertados;

15.8.3. As propostas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento serão desclassificadas;

15.8.4. É indispensável o parecer técnico, que será emitido por setor técnico do órgão demandante, para os produtos especificados neste Termo de Referência, quando se tratar de objeto de alta complexidade;

15.8.5. A proposta de preços deverá estar em papel timbrado, datada, assinada, com especificações em conformidade com o solicitado, contendo indicação clara e detalhada do produto;

15.8.6. O licitante deverá consignar na proposta o valor unitário e o valor total dos itens para os quais deseja concorrer.

#### **EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:**

15.9. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

15.10. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

15.11. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

15.12. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de

Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

15.13. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.14. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.15. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

15.16. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021;

15.17. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);

15.18. Inexistência de Vínculo com a Contratante: Declaração expressa do licitante informando que nenhum de seus sócios, administradores, gerentes ou responsáveis legais possui vínculo empregatício, estatutário, comissionado ou de qualquer outra natureza com a Fundação Municipal de Saúde (FMS), em conformidade com o disposto no art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

15.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva conforme o caso.

#### **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

15.19. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas;

15.20 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.

- 15.21. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 15.22. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 15.23. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 15.24. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 15.25. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 15.26. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 15.27. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. Qualificação Econômico-Financeira

#### **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- 15.28. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (Decreto Municipal nº 23.847, de 2023), ou de sociedade simples;
- 15.29. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 15.30. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
- I - Liquidez Geral (LG) =  $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$ ; II - Solvência Geral (SG) =  $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$ ;
- III - Liquidez Corrente (LC) =  $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$ .
- 15.31. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação o capital mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.
- 15.32. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º)
- 15.33. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais



demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

15.34. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

15.35. Atestado(s) de Capacidade Técnica, provenientes de pessoa jurídica, seja de direito público ou privado, deve(m) apresentar compatibilidade em características técnicas equiparáveis ao fornecimento ou prestação de serviços. Esta congruência deve ser avaliada com base nos elementos que compõem a solução referente ao objeto licitatório em questão, estabelecendo uma correspondência clara entre as especificidades do atestado e os requisitos demandados pela licitação;

15.35.1. A apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica constitui requisito essencial para comprovação da aptidão do licitante. A avaliação da capacidade técnica deve focar na compatibilidade das características técnicas do atestado com os requisitos específicos demandados pela licitação (Item), assegurando uma correspondência precisa entre a expertise do licitante e as necessidades do objeto em questão;

15.35.2. O Atestado deverá vir acompanhado da relação dos itens fornecidos com as respectivas quantidades dos produtos/serviços;

15.35.3. Caso os atestados não venham com as informações acima mencionadas, o fornecedor deverá anexar notas fiscais eletrônicas referente ao fornecimento/serviço prestado para fins de diligência e apreciação pelo Agente de Contratação;

15.35.4. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente;

15.35.5 Os Atestados poderão ser diligenciados pelo Agente de Contratação caso tenham alguma dúvida ou relevância que não seja possível a sua identificação, como a sua cópia reprográfica não seja visível;

15.35.6. Não serão aceitos atestados apresentados com assinaturas de Pregoeiros e/ou presidentes ou membros de comissões de licitações, em virtude destes servidores não terem competência legal para atestarem recebimentos de mercadorias ou prestação de serviços;

15.35.7. Não serão aceitos atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas físicas ou sem identificação da pessoa jurídica e seu responsável que o assinou, salvo, se por motivo de diligência, possa ser comprovado a sua veracidade.

### **16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DAS FONTES DE RECURSOS**

16.1. O valor estimado: **R\$ 178.378,78 cento e setenta e oito mil, trezentos e setenta e oito reais e setenta e oito centavos**, conforme Mapa Comparativo de Preços SEI ID nº 14250184.



## **17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

17.1. Conforme informado pelo NUOREM, no Despacho SEI nº 14270435, encontram-se devidamente indicadas a **Dotação Orçamentária** e as respectivas **disponibilidades orçamentárias** destinadas a atender aos contratos firmados com a Fundação Municipal de Saúde de Teresina, referentes ao exercício financeiro de 2026, nos seguintes termos:  
Despesa : 339030 Material de Consumo. Unidade: 002 - Fundo Municipal de Saúde.

Ação Programática: 2 . 446 - Execução do Incentivo Financeiro da Rede de Atenção Psicossocial. Ação Programática: 2 . 448 - Gestão e Manutenção das Maternidades Municipais.

Ação Programática: 2 . 570 - Gestão e Manutenção do Hospital de Urgência de Teresina.

Ação Programática: 2 . 571 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU. Ação Programática: 2 . 572 - Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h.

Ação Programática: 4 . 133 - Gestão e Manutenção das Unidades da Atenção Especializada - Rede Própria.

Fontes de Recursos:

1600115 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

1659119 - Outros Recursos Vinculados à Saúde. - Serviços de Saúde.

## **18. COMPÕE O TERMO DE REFERÊNCIA OS SEGUINTE ANEXO:**

ANEXO I: ENDEÇOS DOS HOSPITAIS, MATERNIDADE WALL FERRAZ/REDE ALYNE E CAPS/RESISÊNCIA TERAPÊUTICA

## **19. DISPOSIÇÕES FINAIS**

19.1. As normas disciplinadoras da Licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.2. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

19.3. A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.

19.4. É facultado à Administração, nos termos do art. 59, §2º e art. 69 da Lei Federal nº 14.133/21, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

19.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver, comprovadamente, suportado no cumprimento do contrato.

19.6. A participação na presente licitação implica em concordância tácita, por parte do

licitante, com todos os termos e condições deste Termo de Referência e do Edital e das cláusulas contratuais já estabelecidas.

19.7. Os casos omissos serão submetidos a parecer da Assessoria Jurídica - AJU-FMS e resolvidos de conformidade com o preceituado na Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal n.º 25.627/24 e demais legislação vigente.

19.8. Fica eleito o Foro da Comarca de Teresina, PI, para dirimir litígios resultantes da aplicação deste Termo de Referência.

**ANEXO I: ENDEÇOS DOS HOSPITAIS, MATERNIDADE WALL FERRAZ/REDE ALYNE E CAPS/RESISÊNCIA TERAPÊUTICA**

ZONA NORTE	<b>HOSPITAL BUENOS AIRES 3225-7124/3225-7267/3214-2600</b>	
	ENDEREÇO	Rua Miguel Alves, s/n - Memorare
	E-mail	<a href="mailto:buenosairesgeral@gmail.com">buenosairesgeral@gmail.com</a> / <a href="mailto:drh_buenosaires@outlook.com">drh_buenosaires@outlook.com</a> / <a href="mailto:financeirohgba@gmail.com">financeirohgba@gmail.com</a>
	<b>HOSPITAL MARIANO CASTELO BRANCO (STA Mª DA CODIPI) 3217-3267 / 3222- 6158</b>	
	ENDEREÇO	Alameda Francisco Nogueira, s/n, Conjunto Francisca Trindade - Bairro Santa Rosa
	E-mail	<a href="mailto:hmcb.rh@gmail.com">hmcb.rh@gmail.com</a> / <a href="mailto:hmcb00@hotmail.com">hmcb00@hotmail.com</a>
	<b>HOSPITAL DR. OZÉAS SAMPAIO (BAIRRO MATADOURO) 3217-4113/3217-4141/3217- 4072</b>	
	ENDEREÇO	Rua Rui Barbosa, 3426 - Matadouro
	E-mail	<a href="mailto:rh.ozeassampaio@gmail.com">rh.ozeassampaio@gmail.com</a> / <a href="mailto:usosampaio.financeiro@hotmail.com">usosampaio.financeiro@hotmail.com</a> / <a href="mailto:dr.ozeassampaio@hotmail.com">dr.ozeassampaio@hotmail.com</a>
	<b>HOSPITAL DA PRIMAVERA 3221-0928/3198-3701/3708/3703/3704/3705</b>	
	ENDEREÇO	Av. Duque de Caxias, s/n - Primavera
	E-mail	<a href="mailto:setorpessoal.hprima2@gmail.com">setorpessoal.hprima2@gmail.com</a> / <a href="mailto:hospitalprimavera2013@gmail.com">hospitalprimavera2013@gmail.com</a> / <a href="mailto:financeiroprimavera3@gmail.com">financeiroprimavera3@gmail.com</a>
ZONALESTE E/SUDESTE	<b>HOSPITAL DO SATÉLITE 3231-5843/3235-2074/3132-5994</b>	
	ENDEREÇO	Rua Rotary Club, 4265 - Satélite
	E-mail	<a href="mailto:hospitalsatelitedirecao geral@hotmail.com">hospitalsatelitedirecao geral@hotmail.com</a> / <a href="mailto:setorpessoal.set.2015@gmail.com">setorpessoal.set.2015@gmail.com</a> /
	<b>MATERNIDADE WALL FERRAZ (CIAMCA) 3236-1968/3236-1968/3198-3724/3726</b>	
	ENDEREÇO	Praça dos Correios, s/n - Dirceu II
	E-mail	<a href="mailto:diretorawall@gmail.com">diretorawall@gmail.com</a> / <a href="mailto:rh-wallferraz@hotmail.com">rh-wallferraz@hotmail.com</a>
	ENDEREÇO	Rua Vereador Joel Loureiro, S/N - Pedra Mole, Teresina - PI, 64066-050
ZONA SUL	<b>HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT 3198-3686/3218- 5199/5445/5666/5678/6466</b>	
	ENDEREÇO	Rua Otto Tito, 1820 - Redenção
	E-mail	<a href="mailto:diretoriageralhut@gmail.com">diretoriageralhut@gmail.com</a> / <a href="mailto:rh_hut@hotmail.com">rh_hut@hotmail.com</a>
	<b>HOSPITAL DO PARQUE PIAUÍ</b>	
	ENDEREÇO	Rua Marechal Rondon, 6262 - Parque Piauí
	E-mail	<a href="mailto:hospitalparquepiaui@outlook.com">hospitalparquepiaui@outlook.com</a> / <a href="mailto:recursoshumanos2018parquepiaui@gmail.com">recursoshumanos2018parquepiaui@gmail.com</a>

SAÚDE MENTAL	<b>CAPS AD 3198-3765/3215-7762</b>	
	ENDEREÇO	Rua Quintino Bocaiúva, 2978 - Macaúba
	E-mail	<a href="mailto:capsadthe@gmail.com">capsadthe@gmail.com</a>
	<b>CAPS LESTE 3198-3757/3216-6422</b>	
	ENDEREÇO	Tua Visconde da Parnaíba, 2435 - Horto Florestal
	E-mail	<a href="mailto:capsleste2@hotmail.com">capsleste2@hotmail.com</a>
	<b>CAPS III SUL 3198-3751/3221-6422/3221-0092</b>	
	ENDEREÇO	Rua Costa Rica, 466 - Três Andares
	E-mail	<a href="mailto:caps3sul@yahoo.com">caps3sul@yahoo.com</a>
	<b>CAPS SUDESTE 3198-3752/3236-2080</b>	
	ENDEREÇO	Rua Poncion Caldas, Loteamento Parque do Sol, Colorado - Renascença
	E-mail	<a href="mailto:capssudeste@hotmail.com">capssudeste@hotmail.com</a>
	<b>CAPS NORTE 3198-3754/3213-2080/3215-9132</b>	
	ENDEREÇO	Rua Presidente Lincoln, 4727 - São Joaquim
	E-mail	<a href="mailto:capsnorte@hotmail.com">capsnorte@hotmail.com</a>
SAÚDE MENTAL	<b>CAPS II SUL 3198-3758/3218-4865</b>	
	ENDEREÇO	Av. Barão de Gurgueia, 2913 - Pio XII
	E-mail	<a href="mailto:caps2sul@hotmail.com">caps2sul@hotmail.com</a>
	<b>CAPS INFANTIL 3198-3755/3223-9661</b>	
	ENDEREÇO	Rua Coronel César, 1566 - Morada do Sol
	E-mail	<a href="mailto:capsthe2017@hotmail.com">capsthe2017@hotmail.com</a>
	<b>RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA - SRT 3221-4472/3198-3760</b>	
	ENDEREÇO	Rua Climério Bento Gonçalves, 705 - São Pedro
	E-mail	<a href="mailto:residenciaterapeutica@hotmail.com">residenciaterapeutica@hotmail.com</a>

Documento assinado eletronicamente por **Maria Vânia Francisca da Paz**, Gerente de Nutrição, em 22/01/2026, às 09:59, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.

Documento assinado eletronicamente por **Gina Nogueira Matias**, Diretora de Atenção Especializada, em 22/01/2026, às 10:03, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.

Documento assinado eletronicamente por **Leopoldina Cipriano Feitosa**, Presidente da Fundação Municipal de Saúde, em 12/03/2026, às 14:06, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.

**ANEXO II**  
**MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

(papel timbrado da empresa)

A:

A/C: Sr.

Prezado Coordenador, apresentamos a nossa proposta para aquisição de (xxxxx) conforme descrição constante do Anexo I do Termo de Referência, e seus anexos, pelo(s) valor(es) abaixo especificado(s):

COTA EXCLUSIVA							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	E-GOVENE	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Abridor de latas em alumínio.	UND	27575	437939	12		
2	Afiador de faca em alumínio 30 cm.	UND	27598	328784	20		
3	Abafador para cobrir alimentos de plástico atóxico, lavável, resistente, tamanho grande.	UND	17997	355304	27		
4	Assadeira de vidro quadrada com tampa capacidade 750ml.	UND	17998	628781	5		
5	Bacia de plástico atóxico, capacidade de 10 litros.	UND	42435	326593	19		
6	Bacia de alumínio polido, 40cm de diâmetro.	UND	5062	236285	28		
7	Bacia de alumínio polido, 50 cm de diâmetro.	UND	27601	236286	13		
8	Bacia de plástico atóxico, capacidade 15 litros.	UND	27604	320839	25		
9	Bacia plástica atóxico, capacidade 40 litros.	UND	27603	292589	7		

10	Bacia de plástico atóxico, capacidade 25 litros.	UND	42434	292588	9		
11	Bacia de plástico atóxico, capacidade 5 litros	UND	27605	355097	34		
12	Bacia Plástica atóxico, capacidade 2 litros.	UND	42436	355090	13		
13	Bacia em alumínio polido, 30 cm de diâmetro.	UND	42465	237926	16		
14	Bandeja de polietileno alta, cor branca, tamanho grande.	UND	44080	420651	12		
15	Bandeja de polietileno alta, cor branca, tamanho médio.	UND	44081	420650	4		
16	Bandeja retangular em aço inoxidável lisa medindo 49,1 (comprimento) x 33,1(largura) cm.	UND	34054	624519	12		
17	Bandeja em aço inox, com alça, 48/32cm.	UND	27606	269353	11		
18	Batedor de bife manual em alumínio maciço.	UND	27608	628082	2		
19	Batedor de Alumínio tipo Fouet.	UND	2031	334505	2		
20	Bule em alumínio, capacidade 05 litros.	UND	42439	335113	9		
21	Caçarola de alumínio reforçado , linha Hotel, com tampa, 02 alças capacidade 20 litros, Nº 38.	UND	44087	365873	11		

22	Caçarola de alumínio reforçado, linha Hotel, com tampa, 02 alças capacidade 8 litros.	UND	44085	254386	16		
23	Caçarola de alumínio reforçado, linha Hotel, com tampa, 02 alças capacidade 31 litros, N° 45.	UND	44088	267910	21		
24	Caçarola de alumínio reforçado, linha Hotel, com tampa, 02 alças, N°60.	UND	44090	257722	5		
25	Caçarola de alumínio reforçado, linha hotel, com tampa, 02 alças capacidade 5 litros, N° 24.	UND	42444	357235	16		
26	Caçarola de alumínio reforçado, linha Hotel, com tampa, 02 alças capacidade 12 litros, N° 32.	UND	44086	365869	11		
27	Caçarola de alumínio reforçado, linha hotel, com tampa, 02 alças capacidade 45 litros.	UND	42451	622944	11		
28	Caixa organizadora com tampa de plástico, capacidade 17 Litros Tamanho Aproximadamente 16 x 52 cm.	UND	42455	438009	15		



29	Caixa plástica para frigorífico 40 Litros, cor branca de polietileno de alta densidade.	UND	32186	410281	8		
30	Caldeirão de alumínio reforçado, linha Hotel, com tampa, 02 alças, capacidade 45 Litros, Nº 40.	UND	44091	283204	14		
31	Caldeirão de alumínio reforçado, com tampa, 02 alças, capacidades 38 litros, Nº 38.	UND	44092	297301	5		
32	Caldeirão de alumínio, linha Hotel, com tampa, 02 alças, capacidade 15 litros, N º28.	UND	42453	331900	7		
33	Coador de pano (100% algodão) para café, tamanho Grande.	UND	42443	440719	68		
34	Colher de sopa, em inox, sem cabo de polietileno.	UND	32213	232833	2.040		
35	Colher grande em alumínio fundido.	UND	44083	631603	48		
36	Colher grande, em inox, com cabo polietileno	UND	42441	240322	2		
37	Colher para caldeirão em polietileno, plana, sem furo, tamanho 7,5 x 60 cm.	UND	17529	465662	6		
38	Colher para caldeirão em polietileno, côncava, tamanho médio 45 cm.	UND	42444	455638	20		

39	Colher para servir arroz, em inox, tamanho grande.	UND	27899	315150	91		
40	Colher de polipropileno plana, sem furo, Tamanho 34 cm x 5 cm.	UND	12327	623404	19		
41	Concha industrial Nº 14 em alumínio resistente, capacidade 500 ml, Com dimensão maior que 40 cm.	UND	40430	283165	8		
42	Concha, em inox, com 08 cm diâmetro aproximadamente.	UND	42440	339944	75		
43	Conjunto de potes mantimentos em polietileno, com 4 peças.	CONJUNTO	44094	305095	16		
44	Contentores engradados plásticos (fenestrados) para hortaliças e frutas, dimensão 500 x 300x 230cm.	UND	27657	388623	58		
45	Copo de plástico resistente, atóxico com alça.	UND	27905	609866	100		
46	Cortador de legumes com tripé, em alumínio.	UND	27656	339435	18		
47	Cuscuzeiro linha hotel em alumínio reforçado, Nº 38.	UND	42454	631605	18		
48	Cutelo em aço inox com cabo de polietileno.	UND	27644	331212	12		
49	Depósito plástico retangular com tampa, capacidade 03 litros.	UND	27659	249089	23		
50	Depósito plástico retangular com	UND	27660	238805	46		

	tampa, capacidade 05 litros.						
51	Depósito plástico retangular com tampa, capacidade 10 litros.	UND	27163	304384	30		
52	Depósito plástico atóxico, retangular com tampa, capacidade 18 litros.	UND	32216	370149	20		
53	Depósito plástico retangular com tampa, capacidade 30 litros.	UND	43131	433106	34		
54	Escorredor de prato, em inox, para 20 pratos.	UND	27669	398237	5		
55	Escorredor de talheres em plástico resistente com divisória.	UND	42465	397191	7		
56	Escorredor PARA macarrão em plástico resistente, tamanho Grande, com cabo.	UND	46259	395163	9		
57	Escorredor para macarrão em alumínio, 40 cm de diâmetro	UND	5091	424013	19		
58	Escumadeira em aço Inox, com 14 cm de diâmetro.	UND	32170	302944	38		
59	Espátula para bolo em aço inox.	UND	42457	609927	9		
60	Espremedor de alho em alumínio reforçado.	UND	42458	357203	10		
61	Espremedor de batata, em alumínio, tipo chapa cravada.	UND	5317	357202	11		
62	Faca de cozinha para carne, com lâmina em inox, com cabo	UND	42692	455573	84		

	anatômico em polipropileno branco 8".						
63	Faca de mesa, em inox, sem cabo de polietileno.	UND	27612	356113	2.113		
64	Faca para açougueiro com cabo branco polietileno, tamanho 30 cm.	UND	42459	286744	20		
65	Faca para corte de legumes, lâmina em inox, cabo anatômico em polietileno 6", cor branca.	UND	42693	355721	83		
66	Forma para pão retangular, em alumínio antiaderente, 30 cm.	UND	44102	222505	11		
67	Forma Assadeira em alumínio, redonda, alta, nº 45	UND	27221	616123	12		
68	Forma Assadeira em alumínio, retangular alta, nº 03	UND	27223	465744	12		
69	Forma Assadeira em alumínio, retangular alta, nº 04	UND	27226	236265	27		
70	Forma Assadeira em alumínio, retangular baixa, nº 04	UND	27225	459967	13		
71	Forma para bolo, redonda, de alumínio, com furo e diâmetro aproximado de 40 cm.	UND	27938	236266	16		
72	Forma redonda para bolo em alumínio, com	UND	44103	248968	24		

	furo, diâmetro 30 cm, Nº30.						
73	Frigideira em alumínio fundido, com cabo, 30 cm de diâmetro.	UND	27665	352908	25		
74	Frigideira em alumínio fundido, com cabo, 50 cm de diâmetro.	UND	27666	442943	21		
75	Frigideira em aço inox, com teflon, com 25 cm de diâmetro, CABO EM BAQUELITE.	UND	43135	313574	29		
76	Gastronorm GN1/1 100mm, lisa, em aço inox, Tamanho padrão internacional, compatível com forno combinado, Utilizado no preparo de legumes e na distribuição de alimentos, Dimensões 530 mm (Comprimento) x 325 mm (Largura).	UND	48091	630487	92		
77	Gastronorm GN1/2 100mm, lisa, em aço inox, com tampa e sem alça.	UND	48090	317061	2		
78	Garfo de mesa, em inox, sem cabo de polietileno.	UND	27611	437871	2.181		
79	Garfo para assado, com 02 dentes em inox.	UND	44077	334674	30		
80	Garrafa térmica com pressão, capacidade 01 litro.	UND	42466	275682	63		

81	Garrafa térmica com pressão, capacidade aproximada de 1,8 litros.	UND	42467	355752	37		
82	garrafa térmica com torneira e alça para transporte, tampa de enroscar, capacidade de 12 litros.	UND	42468	232403	12		
83	Garrafa térmica para suco e/ou água, com torneira e alça para transporte, capacidade 05 litros.	UND	42469	370718	28		
84	Garrafa térmica inox, por pressão com ampola de vidro e alça acoplada na bomba, capacidade para 03 litros.	UND	43137	374465	18		
85	Jarra medidora em plástico, capacidade 1 litro graduada.	UND	42473	283809	46		
86	Jarra para suco, em inox, capacidade 02 litros.	UND	42472	242520	29		
87	Jarra plástica com tampa, graduada, capacidade 02 litros.	UND	44078	367248	57		
88	Jarra plástica com tampa, graduada, capacidade 05 litros.	UND	42471	426094	78		
89	Jarra plástica com tampa, graduada, capacidade 03 litros.	UND	44079	424328	47		



90	Jarra de vidro para suco, capacidade 1,5 litros.	UND	4764	356505	6		
91	Leiteira em alumínio com tampa e cabo, capacidade 05 litros.	UND	42474	343650	12		
92	Leiteira em alumínio com tampa e cabo, capacidade 10 litros.	UND	17652	343651	5		
93	Liquidificador doméstico, capacidade 02 litros.	UND	29840	439372	7		
94	Mamadeira plástica transparente autoclavável, atóxica, milimetrada com bico e tampa, selo do INMETRO, capacidade 50 ml.	UND	42476	233941	10		
95	Mamadeira plástica transparente autoclavável, atóxica, milimetrada com bico e tampa, selo do INMETRO, capacidade 150 ml.	UND	43140	609863	25		
96	Mamadeira plástica transparente autoclavável, atóxica, milimetrada com bico de silicone e tampa, selo do INMETRO, capacidade 260 ml.	UND	42477	225410	30		
97	Monobloco branco em polipropileno e polietileno, capacidade para 50	UND	42479	389420	40		

	Litros, para armazenamento de diversas alimentos.						
98	Monobloco em polietileno liso de alta intensidade, capacidade 16 litros, tamanho médio 50 x 30 cm, profundidade 10 cm, Cor branca.	UND	42481	397209	29		
99	Panela de pressão em alumínio reforçado, capacidade 4,5 litros.	UND	44093	241802	5		
100	Panela de pressão em alumínio reforçado, capacidade 20 litros.	UND	27683	616647	14		
101	Panela de pressão em alumínio, capacidade 7,5 litros.	UND	27678	421716	20		
102	Papeiro em alumínio, com tampa e cabo, capacidade 02 litros.	UND	44084	397244	43		
103	Organizador de Talheres com tampa em plástico resistente	UND	2037	323187	12		
104	Luvas de segurança em malha de aço inox 100%, tipo açougueiro para proteção de corte de facas e desossa, fio com diâmetro de 0,55 mm e anéis com diâmetro interno de 2,9 mm e externo de 4,0 mm com pulseira	PAR	24544	316463	8		

	malha aço inox para fechamento e ajuste no punho, curta, cinco dedos.						
105	Par de Luvas térmicas para cozinha, modelo 5 dedos, com tecido de fibra inerente a chama Thermex Tim permeabilizado, forro interno fixo com feltro e tecido de algodão, Tamanho 40 cm.	PAR	27706	626521	14		
106	Pegador para assado em aço inox.	UND	27957	609390	12		
107	Pegador para massa em inox.	UND	42486	344681	39		
108	Peneira com 30 cm diâmetro com tela em aço inox.	UND	42488	431338	17		
109	Peneira de plástico atóxico, funda, com 30 cm de diâmetro, com cabo.	UND	42484	331945	30		
110	Peneira de plástico, atóxico, com aro revestido em plástico de polietileno, com 40 cm de diâmetro, sem cabo.	UND	42485	450388	13		
111	Peneira plástica funda em polietileno, 19 cm de diâmetro.	UND	42483	321816	11		
112	Pirex refratário, tipo marinex, retangular, tamanho grande.	UND	27704	473455	22		
113	Placa de corte em polipropileno, cor	UND	18622	437199	2		

	branca, dimensão 150 cm x 60c m.						
114	Placa para corte de alimentos/frutas em polietileno na cor amarela, média 40 cm x 30cm.	UND	32182	334889	19		
115	Placa para corte de carne em polietileno cor branca, com canelela, média 60 cm x 30 cm e 10 mm de altura.	UND	32180	430331	58		
116	Placa para corte de legumes em polietileno na cor verde, média 40 cm x 30 cm.	UND	32181	416161	43		
117	Prato de mesa, de vidro fundo, tipo duralex, transparente, diâmetro De 25 cm.	UND	44099	311419	20		
118	Prato de mesa, de vidro, tipo duralex, transparente, diâmetro De 25 cm.	UND	27687	222373	842		
119	Prato de plástico para refeição fundo, diâmetro 25 cm.	UND	17518	389205	190		
120	Ralador com 04 faces, lâmina em aço inox e cabo ABS.	UND	27677	261597	33		
121	Recipiente térmico para bebidas de polietileno com torneiras embutidas, a prova de gotejamento, capacidade de 10	UND	42491	393573	3		

	litros, medindo aproximadamente 42,5 cm x 30 cm x 50 cm, cor cinza.						
<b>VALOR TOTAL</b>							R\$

**ANEXO I: ENDEÇOS DOS HOSPITAIS, MATERNIDADE WALL FERRAZ/REDE ALYNE E CAPS/RESISÊNCIA TERAPÊUTICA**

ZONA NORTE	<b>HOSPITAL BUENOS AIRES 3225-7124/3225-7267/3214-2600</b>	
	ENDEREÇO	Rua Miguel Alves, s/n - Memorare
	E-mail	<a href="mailto:buenosairesgeral@gmail.com">buenosairesgeral@gmail.com</a> /drh_buenosaires@outlook.com / <a href="mailto:financeirohgba@gmail.com">financeirohgba@gmail.com</a>
	<b>HOSPITAL MARIANO CASTELO BRANCO (STA Mª DA CODIPI) 3217-3267 / 3222- 6158</b>	
	ENDEREÇO	Alameda Francisco Nogueira, s/n, Conjunto Francisca Trindade - Bairro Santa Rosa
	E-mail	<a href="mailto:hmcbrh@gmail.com">hmcbrh@gmail.com</a> / <a href="mailto:hmcbr00@hotmail.com">hmcbr00@hotmail.com</a>
	<b>HOSPITAL DR. OZÉAS SAMPAIO (BAIRRO MATADOURO) 3217-4113/3217-4141/3217- 4072</b>	
	ENDEREÇO	Rua Rui Barbosa, 3426 - Matadouro
	E-mail	<a href="mailto:rh.ozeassampaio@gmail.com">rh.ozeassampaio@gmail.com</a> / <a href="mailto:usosampaio.financeiro@hotmail.com">usosampaio.financeiro@hotmail.com</a> / <a href="mailto:dr.ozeassampaio@hotmail.com">dr.ozeassampaio@hotmail.com</a>
ZONALESTE/SUDESTE	<b>HOSPITAL DA PRIMAVERA 3221-0928/3198-3701/3708/3703/3704/3705</b>	
	ENDEREÇO	Av. Duque de Caxias, s/n - Primavera
	E-mail	<a href="mailto:setorpessoal.hprima2@gmail.com">setorpessoal.hprima2@gmail.com</a> / <a href="mailto:hospitalprimavera2013@gmail.com">hospitalprimavera2013@gmail.com</a> / <a href="mailto:financeiroprimavera3@gmail.com">financeiroprimavera3@gmail.com</a>
	<b>HOSPITAL DO SATÉLITE 3231-5843/3235-2074/3132-5994</b>	
	ENDEREÇO	Rua Rotary Club, 4265 - Satélite
ZONALESTE/SUDESTE	E-mail	<a href="mailto:hospitalsatelitedirecao geral@hotmail.com">hospitalsatelitedirecao geral@hotmail.com</a> / <a href="mailto:setorpessoal.set.2015@gmail.com">setorpessoal.set.2015@gmail.com</a> /
	<b>MATERNIDADE WALL FERRAZ (CIAMCA) 3236-1968/3236-1968/3198-3724/3726</b>	
	ENDEREÇO	Praça dos Correios, s/n - Dirceu II
	E-mail	<a href="mailto:diretorawall@gmail.com">diretorawall@gmail.com</a> / <a href="mailto:rh-wallferraz@hotmail.com">rh-wallferraz@hotmail.com</a>
	ENDEREÇO	Rua Vereador Joel Loureiro, S/N - Pedra Mole, Teresina - PI, 64066-050

	O	
ZONA SUL	<b>HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT 3198-3686/3218-5199/5445/5666/5678/6466</b>	
	ENDEREÇO	Rua Otto Tito, 1820 - Redenção
	O	
	E-mail	<a href="mailto:diretoriageralhut@gmail.com">diretoriageralhut@gmail.com</a> / <a href="mailto:rh_hut@hotmail.com">rh_hut@hotmail.com</a>
	<b>HOSPITAL DO PARQUE PIAUÍ</b>	
	ENDEREÇO	Rua Marechal Rondon, 6262 - Parque Piauí
SAÚDE MENTAL	O	
	E-mail	<a href="mailto:hospitalparquepiaui@outlook.com">hospitalparquepiaui@outlook.com</a> / <a href="mailto:recursoshumanos2018parquepiaui@gmail.com">recursoshumanos2018parquepiaui@gmail.com</a>
	<b>CAPS AD 3198-3765/3215-7762</b>	
	ENDEREÇO	Rua Quintino Bocaiúva, 2978 - Macaúba
	O	
	E-mail	<a href="mailto:capsadthe@gmail.com">capsadthe@gmail.com</a>
	<b>CAPS LESTE 3198-3757/3216-6422</b>	
	ENDEREÇO	Tua Visconde da Parnaíba, 2435 - Horto Florestal
	O	
	E-mail	<a href="mailto:capsleste2@hotmail.com">capsleste2@hotmail.com</a>
	<b>CAPS III SUL 3198-3751/3221-6422/3221-0092</b>	
	ENDEREÇO	Rua Costa Rica, 466 - Três Andares
	O	
	E-mail	<a href="mailto:caps3sul@yahoo.com">caps3sul@yahoo.com</a>
	<b>CAPS SUDESTE 3198-3752/3236-2080</b>	
	ENDEREÇO	Rua Poncion Caldas, Loteamento Parque do Sol, Colorado - Renascença
	O	
	E-mail	<a href="mailto:capssudeste@hotmail.com">capssudeste@hotmail.com</a>
	<b>CAPS NORTE 3198-3754/3213-2080/3215-9132</b>	
	ENDEREÇO	Rua Presidente Lincoln, 4727 - São Joaquim
	O	
SAÚDE MENTAL	E-mail	<a href="mailto:capsnorte@hotmail.com">capsnorte@hotmail.com</a>
	<b>CAPS II SUL 3198-3758/3218-4865</b>	
	ENDEREÇO	Av. Barão de Gurgueia, 2913 - Pio XII
	O	
	E-mail	<a href="mailto:caps2sul@hotmail.com">caps2sul@hotmail.com</a>
	<b>CAPS INFANTIL 3198-3755/3223-9661</b>	
	ENDEREÇO	Rua Coronel César, 1566 - Morada do Sol
	O	
	E-mail	<a href="mailto:capsithe2017@hotmail.com">capsithe2017@hotmail.com</a>
	<b>RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA - SRT 3221-4472/3198-3760</b>	
	ENDEREÇO	Rua Climério Bento Gonçalves, 705 - São Pedro



	O	
	E-mail	<a href="mailto:residenciaterapeutica@hotmail.com">residenciaterapeutica@hotmail.com</a>

**OBS: Em caso de divergência entre a descrição contida no código (CATMAT/CATSERV ou código e-governe) e da DESCRIÇÃO ESPECÍFICA, contido na tabela de itens acima especificados, prevalecerá a DESCRIÇÃO ESPECÍFICA da tabela.”**

Declaramos que:

1. No preço proposto, estão computados todos os custos necessários para a entrega dos materiais, bem como todos os tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto do Edital em referência, e que influenciem na formação dos preços desta proposta.
2. Os serviços terão início de forma imediata na data de assinatura do contrato e serão executados conforme condições e especificações constantes do Edital e seus Anexos.
3. O prazo de validade da proposta é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias, contados da data de abertura do Pregão Eletrônico. (prazo não inferior a 90 (noventa) dias).
3. Comprometemo-nos a assinar o contrato no prazo determinado no Edital, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

**DADOS DA EMPRESA:**

Razão Social: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_ Endereço: \_\_\_\_\_

Tel/Fax: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: UF: \_\_\_\_\_

Banco: Agência: C/C: \_\_\_\_\_

**DADOS DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA EMPRESA PARA ASSINATURA DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Local /Data: \_\_\_\_\_

**ANEXO III**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO FATO IMPEDITIVO**

**MODELO DE DECLARAÇÃO  
FATO IMPEDITIVO**

(Timbre ou identificação do licitante) \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA** para os devidos fins que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação, que possui as condições de habilitação previstas no edital, e, em atendimento ao disposto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, não se enquadra em nenhuma das situações abaixo:

I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

I - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

**ANEXO IV**  
**DECLARACAO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO AS CONDIÇÕES DO EDITAL**  
**TIMBRE DA EMPRESA**  
**(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)**

(papel timbrado da empresa)

TIMBRE DA EMPRESA

A:  
A/C: Sr.

A empresa xxxxxxxx, CNPJ nº xxxxxxxxxx, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, para fins de participação no PREGÃO Nº \_\_\_\_/2026 para Contratação de empresa para fornecimento de \_\_\_\_\_, a fim de atender as necessidades da **XXX , DECLARA**, sob as penalidades da lei, expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no Pregão supracitado.

Cidade (UF) .. , ... de de 2026.  
Nome da empresa + Carimbo  
Nome do responsável legal da empresa  
RG do responsável  
CPF do responsável

**ANEXO V**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

(papel timbrado da empresa)

Declaro, \_\_\_\_\_ sob as penas da lei, para fins desta licitação que a empresa \_\_\_\_\_, não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública, bem como comunicarei qualquer fato ou evento superveniente a entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal econômico-financeira.

Cidade (UF) .. , ... de de 2026.

Nome da empresa + Carimbo  
Nome do responsável legal da empresa  
RG do responsável  
CPF do responsável

**ANEXO VI**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO**  
**ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.**

(papel timbrado da empresa)

Declaro, sob as penas da lei, para fins desta licitação que a empresa \_\_\_\_\_, cumpre com o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal de 05/10/1988.

Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal: "...proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. "

Ressalva:

( ) emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Cidade (UF) .. , ... de de 2026.

Nome da empresa + Carimbo  
Nome do responsável legal da empresa  
RG do responsável  
CPF do responsável

**ANEXO VII**  
**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO E CUMPRIMENTO DO § 2º DO ART. 4º DA LEI**  
**14.133/2021**

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_\_, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

( ) COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal



**ANEXO VIII**

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO  
CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

(em papel timbrado da licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, representante legal do licitante \_\_\_\_\_ (nome empresarial), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, **DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

**DECLARO**, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013, tais como:

**I** – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

**II** – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

**III** – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

**IV** – no tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

- e) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- f) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- IV— dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

Cidade (UF) .., ... de de 2026.  
Nome da empresa + Carimbo  
Nome do responsável legal da empresa  
RG do responsável  
CPF do responsável

**ANEXO IX**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO ADMITIR TRABALHO FORÇADO OU  
DEGRADANTE**

\_\_\_\_\_ inscrito no CNPJ ou CPF (caso o credenciante seja pessoa física) sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, que não possui em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado. \_\_\_\_\_ Representante Legal

Cidade (UF) .. , ... de de 2026.

Nome da empresa + Carimbo  
Nome do responsável legal da empresa  
RG do responsável  
CPF do responsável

**ANEXO X**

**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00045.057382/2025-85**

Pregão Eletrônico Nº .....

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE  
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE TERESINA, POR  
INTERMÉDIO DO (A) .....  
E .....

*O Município de Teresina, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do(a) ..... (órgão contratante), com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de .... de ..... de 20..., publicada no DOM de .... de ..... de ....., portador da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. ..../...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.*

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1.O objeto do presente instrumento é a aquisição de utensílios de cozinha destinados às Unidades de Alimentação e Nutrição da Rede Hospitalar, ao Hospital de Urgência de Teresina (HUT), à Rede Alyne e aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), vinculados à Fundação Municipal de Saúde (FMS).

**1.1.1.DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:**

1.1.1.1. O objeto ora contratado consiste em:

COTA EXCLUSIVA							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	E-GOVE NE	CATM AT	QUANTI DADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Abridor de latas em alumínio.	UND	27575	437939	12		
2	Afiador de faca em alumínio 30 cm.	UND	27598	328784	20		

3	Abafador para cobrir alimentos de plástico atóxico, lavável, resistente, tamanho grande.	UND	17997	355304	27		
4	Assadeira de vidro quadrada com tampa capacidade 750ml.	UND	17998	628781	5		
5	Bacia de plástico atóxico, capacidade de 10 litros.	UND	42435	326593	19		
6	Bacia de alumínio polido, 40cm de diâmetro.	UND	5062	236285	28		
7	Bacia de alumínio polido, 50 cm de diâmetro.	UND	27601	236286	13		
8	Bacia de plástico atóxico, capacidade 15 litros.	UND	27604	320839	25		
9	Bacia plástica atóxico, capacidade 40 litros.	UND	27603	292589	7		
10	Bacia de plástico atóxico, capacidade 25 litros.	UND	42434	292588	9		
11	Bacia de plástico atóxico, capacidade 5 litros	UND	27605	355097	34		
12	Bacia Plástica atóxico, capacidade 2 litros.	UND	42436	355090	13		
13	Bacia em alumínio polido, 30 cm de diâmetro.	UND	42465	237926	16		
14	Bandeja de polietileno alta, cor branca, tamanho grande.	UND	44080	420651	12		
15	Bandeja de polietileno alta, cor branca, tamanho médio.	UND	44081	420650	4		
16	Bandeja retangular em aço inoxidável lisa medindo 49,1 (comprimento) x 33,1(largura) cm.	UND	34054	624519	12		
17	Bandeja em aço inox, com alça, 48/32cm.	UND	27606	269353	11		
18	Batedor de bife manual em alumínio maciço.	UND	27608	628082	2		
19	Batedor de Alumínio tipo Fouet.	UND	2031	334505	2		
20	Bule em alumínio, capacidade 05 litros.	UND	42439	335113	9		
21	Caçarola de alumínio reforçado , linha Hotel, com tampa, 02 alças capacidade 20 litros, N° 38.	UND	44087	365873	11		

22	Caçarola de alumínio reforçado, linha Hotel, com tampa, 02 alças capacidade 8 litros.	UND	44085	254386	16		
23	Caçarola de alumínio reforçado, linha Hotel, com tampa, 02 alças capacidade 31 litros, N° 45.	UND	44088	267910	21		
24	Caçarola de alumínio reforçado, linha Hotel, com tampa, 02 alças, N°60.	UND	44090	257722	5		
25	Caçarola de alumínio reforçado, linha hotel, com tampa, 02 alças capacidade 5 litros, N° 24.	UND	42444	357235	16		
26	Caçarola de alumínio reforçado, linha Hotel, com tampa, 02 alças capacidade 12 litros, N° 32.	UND	44086	365869	11		
27	Caçarola de alumínio reforçado, linha hotel, com tampa, 02 alças capacidade 45 litros.	UND	42451	622944	11		
28	Caixa organizadora com tampa de plástico, capacidade 17 Litros Tamanho Aproximadamente 16 x 52 cm.	UND	42455	438009	15		
29	Caixa plástica para frigorífico 40 Litros, cor branca de polietileno de alta densidade.	UND	32186	410281	8		
30	Caldeirão de alumínio reforçado, linha Hotel, com tampa, 02 alças, capacidade 45 Litros, N° 40.	UND	44091	283204	14		
31	Caldeirão de alumínio reforçado, com tampa, 02 alças, capacidades 38 litros, N° 38.	UND	44092	297301	5		
32	Caldeirão de alumínio, linha Hotel, com tampa, 02 alças, capacidade 15 litros, N °28.	UND	42453	331900	7		
33	Coador de pano (100% algodão) para café, tamanho Grande.	UND	42443	440719	68		
34	Colher de sopa, em inox, sem cabo de polietileno.	UND	32213	232833	2.040		
35	Colher grande em alumínio fundido.	UND	44083	631603	48		



36	Colher grande, em inox, com cabo polietileno	UND	42441	240322	2		
37	Colher para caldeirão em polietileno, plana, sem furo, tamanho 7,5 x 60 cm.	UND	17529	465662	6		
38	Colher para caldeirão em polietileno, côncava, tamanho médio 45 cm.	UND	42444	455638	20		
39	Colher para servir arroz, em inox, tamanho grande.	UND	27899	315150	91		
40	Colher de polipropileno plana, sem furo, Tamanho 34 cm x 5 cm.	UND	12327	623404	19		
41	Concha industrial Nº 14 em alumínio resistente, capacidade 500 ml, Com dimensão maior que 40 cm.	UND	40430	283165	8		
42	Concha, em inox, com 08 cm diâmetro aproximadamente.	UND	42440	339944	75		
43	Conjunto de potes mantimentos em polietileno, com 4 peças.	CONJ UNTO	44094	305095	16		
44	Contentores engradados plásticos (fenestrados) para hortaliças e frutas, dimensão 500 x 300x 230cm.	UND	27657	388623	58		
45	Copo de plástico resistente, atóxico com alça.	UND	27905	609866	100		
46	Cortador de legumes com tripé, em alumínio.	UND	27656	339435	18		
47	Cuscuzzeiro linha hotel em alumínio reforçado, Nº 38.	UND	42454	631605	18		
48	Cutelo em aço inox com cabo de polietileno.	UND	27644	331212	12		
49	Depósito plástico retangular com tampa, capacidade 03 litros.	UND	27659	249089	23		
50	Depósito plástico retangular com tampa, capacidade 05 litros.	UND	27660	238805	46		
51	Depósito plástico retangular com tampa, capacidade 10 litros.	UND	27163	304384	30		
52	Depósito plástico atóxico, retangular com tampa, capacidade 18 litros.	UND	32216	370149	20		

53	Depósito plástico retangular com tampa, capacidade 30 litros.	UND	43131	433106	34		
54	Escorredor de prato, em inox, para 20 pratos.	UND	27669	398237	5		
55	Escorredor de talheres em plástico resistente com divisória.	UND	42465	397191	7		
56	Escorredor PARA macarrão em plástico resistente, tamanho Grande, com cabo.	UND	46259	395163	9		
57	Escorredor para macarrão em alumínio, 40 cm de diâmetro	UND	5091	424013	19		
58	Escumadeira em aço Inox, com 14 cm de diâmetro.	UND	32170	302944	38		
59	Espátula para bolo em aço inox.	UND	42457	609927	9		
60	Espremedor de alho em alumínio reforçado.	UND	42458	357203	10		
61	Espremedor de batata , em alumínio, tipo chapa cravada.	UND	5317	357202	11		
62	Faca de cozinha para carne, com lâmina em inox, com cabo anatômico em polipropileno branco 8".	UND	42692	455573	84		
63	Faca de mesa, em inox, sem cabo de polietileno.	UND	27612	356113	2.113		
64	Faca para açougueiro com cabo branco polietileno, tamanho 30 cm.	UND	42459	286744	20		
65	Faca para corte de legumes, lâmina em inox, cabo anatômico em polietileno 6", cor branca.	UND	42693	355721	83		
66	Forma para pão retangular, em alumínio antiaderente, 30 cm.	UND	44102	222505	11		
67	Forma Assadeira em alumínio, redonda, alta, nº 45	UND	27221	616123	12		
68	Forma Assadeira em alumínio, retangular alta, nº 03	UND	27223	465744	12		
69	Forma Assadeira em alumínio, retangular alta, nº 04	UND	27226	236265	27		
70	Forma Assadeira em alumínio, retangular baixa, nº 04	UND	27225	459967	13		

71	Forma para bolo, redonda, de alumínio, com furo e diâmetro aproximado de 40 cm.	UND	27938	236266	16		
72	Forma redonda para bolo em alumínio, com furo, diâmetro 30 cm, Nº30.	UND	44103	248968	24		
73	Frigideira em alumínio fundido, com cabo, 30 cm de diâmetro.	UND	27665	352908	25		
74	Frigideira em alumínio fundido, com cabo, 50 cm de diâmetro.	UND	27666	442943	21		
75	Frigideira em aço inox, com teflon, com 25 cm de diâmetro, CABO EM BAQUELITE.	UND	43135	313574	29		
76	Gastronorm GN1/1 100mm, lisa, em aço inox, Tamanho padrão internacional, compatível com forno combinado, Utilizado no preparo de legumes e na distribuição de alimentos, Dimensões 530 mm (Comprimento) x 325 mm (Largura).	UND	48091	630487	92		
77	Gastronorm GN1/2 100mm, lisa, em aço inox, com tampa e sem alça.	UND	48090	317061	2		
78	Garfo de mesa, em inox, sem cabo de polietileno.	UND	27611	437871	2.181		
79	Garfo para assado, com 02 dentes em inox.	UND	44077	334674	30		
80	Garrafa térmica com pressão, capacidade 01 litro.	UND	42466	275682	63		
81	Garrafa térmica com pressão, capacidade aproximada de 1,8 litros.	UND	42467	355752	37		
82	garrafa térmica com torneira e alça para transporte, tampa de enroscar, capacidade de 12 litros.	UND	42468	232403	12		
83	Garrafa térmica para suco e/ou água, com torneira e alça para transporte, capacidade 05 litros.	UND	42469	370718	28		
84	Garrafa térmica inox, por pressão com ampola de vidro e alça acoplada na bomba, capacidade para 03 litros.	UND	43137	374465	18		

85	Jarra medidora em plástico, capacidade 1 litro graduada.	UND	42473	283809	46		
86	Jarra para suco, em inox, capacidade 02 litros.	UND	42472	242520	29		
87	Jarra plástica com tampa, graduada, capacidade 02 litros.	UND	44078	367248	57		
88	Jarra plástica com tampa, graduada, capacidade 05 litros.	UND	42471	426094	78		
89	Jarra plástica com tampa, graduada, capacidade 03 litros.	UND	44079	424328	47		
90	Jarra de vidro para suco, capacidade 1,5 litros.	UND	4764	356505	6		
91	Leiteira em alumínio com tampa e cabo, capacidade 05 litros.	UND	42474	343650	12		
92	Leiteira em alumínio com tampa e cabo, capacidade 10 litros.	UND	17652	343651	5		
93	Liquidificador doméstico, capacidade 02 litros.	UND	29840	439372	7		
94	Mamadeira plástica transparente autoclavável, atóxica, milimetrada com bico e tampa, selo do INMETRO, capacidade 50 ml.	UND	42476	233941	10		
95	Mamadeira plástica transparente autoclave, atóxica, milimetrada com bico e tampa, selo do INMETRO, capacidade 150 ml.	UND	43140	609863	25		
96	Mamadeira plástica transparente autoclavável, atóxica, milimetrada com bico de silicone e tampa, selo do INMETRO, capacidade 260 ml.	UND	42477	225410	30		
97	Monobloco branco em polipropileno e polietileno, capacidade para 50 Litros, para armazenamento de diversas alimentos.	UND	42479	389420	40		
98	Monobloco em polietileno liso de alta intensidade, capacidade 16 litros, tamanho médio 50 x 30 cm, profundidade 10 cm, Cor branca.	UND	42481	397209	29		
99	Panela de pressão em alumínio reforçado, capacidade 4,5 litros.	UND	44093	241802	5		
100	Panela de pressão em alumínio reforçado, capacidade 20 litros.	UND	27683	616647	14		

101	Panela de pressão em alumínio, capacidade 7,5 litros.	UND	27678	421716	20		
102	Papeiro em alumínio, com tampa e cabo, capacidade 02 litros.	UND	44084	397244	43		
103	Organizador de Talheres com tampa em plástico resistente	UND	2037	323187	12		
104	Luvas de segurança em malha de aço inox 100%, tipo açougueiro para proteção de corte de facas e desossa, fio com diâmetro de 0,55 mm e anéis com diâmetro interno de 2,9 mm e externo de 4,0 mm com pulseira malha aço inox para fechamento e ajuste no punho, curta, cinco dedos.	PAR	24544	316463	8		
105	Par de Luvas térmicas para cozinha, modelo 5 dedos, com tecido de fibra inerente a chama Thermex Tim permeabilizado, forro interno fixo com feltro e tecido de algodão, Tamanho 40 cm.	PAR	27706	626521	14		
106	Pegador para assado em aço inox.	UND	27957	609390	12		
107	Pegador para massa em inox.	UND	42486	344681	39		
108	Peneira com 30 cm diâmetro com tela em aço inox.	UND	42488	431338	17		
109	Peneira de plástico atóxico, funda, com 30 cm de diâmetro, com cabo.	UND	42484	331945	30		
110	Peneira de plástico, atóxico, com aro revestido em plástico de polietileno, com 40 cm de diâmetro, sem cabo.	UND	42485	450388	13		
111	Peneira plástica funda em polietileno, 19 cm de diâmetro.	UND	42483	321816	11		
112	Pirex refratário, tipo marinex, retangular, tamanho grande.	UND	27704	473455	22		
113	Placa de corte em polipropileno, cor branca, dimensão 150 cm x 60cm.	UND	18622	437199	2		
114	Placa para corte de alimentos/frutas em polietileno na cor amarela, média 40 cm x 30cm.	UND	32182	334889	19		

115	Placa para corte de carne em polietileno cor branca, com caneleira, média 60 cm x 30 cm e 10 mm de altura.	UND	32180	430331	58		
116	Placa para corte de legumes em polietileno na cor verde, média 40 cm x 30 cm.	UND	32181	416161	43		
117	Prato de mesa, de vidro fundo, tipo duralex, transparente, diâmetro De 25 cm.	UND	44099	311419	20		
118	Prato de mesa, de vidro, tipo duralex, transparente, diâmetro De 25 cm.	UND	27687	222373	842		
119	Prato de plástico para refeição fundo, diâmetro 25 cm.	UND	17518	389205	190		
120	Ralador com 04 faces, lâmina em aço inox e cabo ABS.	UND	27677	261597	33		
121	Recipiente térmico para bebidas de polietileno com torneiras embutidas, a prova de gotejamento, capacidade de 10 litros, medindo aproximadamente 42,5 cm x 30 cm x 50 cm, cor cinza.	UND	42491	393573	3		
<b>VALOR TOTAL</b>							<b>R\$</b>

**OBS: Em caso de divergência entre a descrição contida no código (CATMAT/CATSERV ou código e-governo) e da DESCRIÇÃO ESPECÍFICA, contido na tabela de itens acima especificados, prevalecerá a DESCRIÇÃO ESPECÍFICA da tabela."**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA**  
2.1.São partes integrantes deste **CONTRATO** e vinculam a contratação, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, o processo relativo ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00045.057382/2025-85** e todos os seus anexos, **assim como a proposta apresentada pela CONTRATADA.**

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

1.2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura contratual, prorrogável por até 05 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021.

1.2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

4.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 22.166, de 24 de fevereiro de 2022, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

4.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

4.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

4.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

4.7.2 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

4.7.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

4.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

4.7.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

4.8 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

4.8.1 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

4.8.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.



4.8.3 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

4.8.4 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

4.8.5 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO**

6.1. O valor do CONTRATO compreende os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas necessárias ao cumprimento integral da contratação.

6.2. O valor total da contratação é de R\$..... (.....) (indicar valor por extenso), conforme detalhamento abaixo descrito:

*OBSERVAÇÃO: O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7.1. Condições de Entrega

7.1.1. A empresa contratada deverá fornecer os utensílios conforme as especificações solicitadas, realizando a entrega mediante requisição da Gerência de Nutrição – GENUT/FMS, de acordo com o cronograma estabelecido e conforme a necessidade real de cada Unidade da Rede Hospitalar Municipal, incluindo o HUT, a Maternidade Wall Ferraz/Rede Alyne e os CAPS's/Residências Terapêuticas.

7.1.2 A solicitação será encaminhada por e-mail, especificando os utensílios e as respectivas quantidades a serem entregues, devendo a contratada atender ao pedido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a contar do recebimento da Nota de Empenho.

7.1.3 As entregas deverão ser realizadas **diretamente nas unidades hospitalares, na Maternidade Wall Ferraz/Rede Alyne e nos CAPS's/Residências Terapêuticas, exclusivamente no horário de 08:00 às 13:00 horas e de segunda a sexta-feira**, conforme endereços constantes no Anexo I deste Termo de Referência. Os materiais deverão ser recebidos pela Chefia do Setor de Nutrição (nutricionista responsável) ou por servidor formalmente designado, que efetuará a conferência das especificações, qualidade e quantidades, sem qualquer ônus adicional à contratante além do valor adjudicado e constante do contrato.

7.1.4 O objeto deverá ser entregue em embalagem original, contendo de forma legível as

indicações de marca, fabricante/produtor, procedência, manual de uso e certificado de garantia.

7.1.5 Todas as despesas decorrentes da substituição ou reposição de materiais entregues em desacordo com as especificações contratuais correrão por conta exclusiva da contratada.

7.1.6 A contratada deverá emitir guias de remessa informatizadas, sem rasuras, contendo obrigatoriamente as seguintes informações: nome e endereço completo da contratante, descrição detalhada do material entregue (incluindo unidade e quantidade), data da entrega e assinaturas do recebedor e do fornecedor, com respectivos carimbos de identificação.

7.1.7 A contratante emitirá Nota de Empenho, na qual constarão o número do contrato vinculado, o valor e o quantitativo do item adquirido. Os produtos deverão ser armazenados e transportados em condições adequadas, evitando-se proximidade com gás liquefeito de petróleo (GLP) ou quaisquer substâncias potencialmente tóxicas, a fim de prevenir contaminação ou impregnação de odores.

7.1.8. Os empregados ou técnicos da contratada deverão se apresentar nas dependências dos locais de entrega devidamente identificados, utilizando uniforme e/ou crachá contendo nome do funcionário e identificação da empresa. É vedada a circulação desses profissionais em áreas não relacionadas diretamente à execução do serviço.

7.1.9 Os produtos entregues deverão estar adequadamente acondicionados, em embalagens de fábrica lacradas pelo fabricante, assegurando a integridade e conservação dos itens. O transporte deverá ser realizado em veículos em perfeitas condições técnicas e sanitárias, compatíveis com a natureza dos materiais fornecidos.

## 7.2 GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA OU GARANTIA DO OBJETO

7.2.1 O prazo de garantia será aquele previsto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), sem prejuízo de garantias legais ou contratuais adicionais do fabricante. Durante este período, os produtos deverão estar livres de defeitos de fabricação, vícios de qualidade ou quantidade, mau funcionamento ou qualquer outra condição que comprometa seu uso adequado.

7.2.2 A contratada será responsável por fornecer assistência técnica, manutenção e reparos, sem custo adicional para a contratante, incluindo substituição de peças ou troca integral do item, caso não seja possível o conserto.

7.2.3 Produtos entregues com defeito, avaria ou não conformidade deverão ser substituídos ou reparados em até 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da contratante, sem prejuízo do prazo total de garantia previsto em lei ou contrato.

7.2.4 Todas as trocas ou reparos deverão ocorrer sem custos adicionais, abrangendo transporte, mão de obra, peças e quaisquer despesas necessárias para a execução do serviço.

7.2.5 Produtos substituídos ou reparados deverão ser entregues nas mesmas condições de embalagem, identificação e especificações do item original, garantindo rastreabilidade e registro formal de todo atendimento técnico.

7.2.6 A contratada deverá disponibilizar canal de comunicação direto e eficiente para registro de chamados, acompanhamento de reparos e solicitações de troca, assegurando resposta rápida e registro de protocolo.

7.2.7 A contratante poderá recusar produtos que não atendam aos requisitos de qualidade, procedência ou condições de uso, sendo obrigatória a substituição imediata pela contratada, respeitando os prazos estabelecidos neste item.

7.2.8 Após o término da garantia legal ou contratual, a contratada poderá fornecer serviços de manutenção, reparos ou reposição mediante condições previamente acordadas, sem obrigação da contratante.

7.2.9 As entregas parciais ou totais deverão ser registradas em sistema próprio da FMS, mediante termo de recebimento provisório, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA OITAVA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **8.1. Do Recebimento do Objeto**

8.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo serem substituídos no prazo de 5 (CINCO) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5(CINCO) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.1.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei e pelo contrato.

### **8.2. Da Liquidação**

8.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (DEZ) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.2.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.4 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2.5 A Administração deverá realizar consulta ao SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.6 Constatando-se, junto ao SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.8 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla

defesa.

8.2.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SISTEMA DE REGISTRO CADASTRAL.

### **8.3. Do Pagamento**

8.3.1 O pagamento será realizado em até 30 dias corridos, contados da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicado pelo contratado.

8.3.2 Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar à CONTRATANTE solicitação de pagamento, devidamente protocolada, acompanhada dos documentos abaixo relacionados:

8.3.2.1 Cópia legível do empenho;

8.3.2.2 Nota fiscal ou nota fiscal-fatura, devidamente atestada, encaminhada pelo responsável pelo recebimento do produto à CONTRATANTE, sanadas as irregularidades constatadas.

8.3.2.3 Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado.

8.3.2.4 Certidão de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

8.3.2.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

8.3.2.6 Cópias do Contrato e/ou da Ata de Registro de Preços e Aditivos (quando houver).

8.3.3 Para início do procedimento de pagamento pela Administração, é imprescindível à Contratada a abertura de Processo Administrativo de Pagamento, a ser realizada por meio de processo eletrônico através do Sistema Eletrônico Informações – SEI. Para tanto, necessário o cadastro de usuário das empresas/fornecedores responsáveis pela solicitação de pagamento no site <https://prodater.pmt.pi.gov.br/processoeletronico>, sob orientação e acompanhamento da PRODATER, pelo número 3215- 7592, e-mail: [processoeletronico@pmt.pi.gov.br](mailto:processoeletronico@pmt.pi.gov.br);

8.3.4 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal do contratado.

8.3.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, a Contratada será notificada para que providencie as medidas saneadoras.

8.3.6 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.3.7 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

8.3.8 Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

8.3.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.3.10 Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

8.3.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

8.3.12 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

8.3.13 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.3.14 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.3.15 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , sendo:

- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



I = (TX)	I = (6/100) 365	I = 0,00016438  TX = Percentual da taxa anual=6%
-------------	-----------------------	--

#### CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Edital e seus anexos;
- 9.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 9.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 9.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 9.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;
- 9.8. Adotar as medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações por parte do Contratado, inclusive com a abertura do devido processo administrativo com fins de apuração;
- 9.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Edital e seus anexos, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 9.10. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 9.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 dias.
- 9.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 9.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9.14 A empresa vencedora deverá prestar **assistência técnica e científica**, sempre que solicitado, sem ÔNUS para FMS;

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes **no Edital e de seus anexos**,



assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.3. Comunicar ao contratante, com pelo menos 05 (cinco) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados

10.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Registro Cadastral, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal, Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo

único, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.1.17 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.1.18 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do **Edital e seus anexos**;

10.1.19 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.1.20 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.1.21 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.1.22 Entregar os produtos constantes no Contrato, respeitando, sempre, as normas da ABNT, bem como as portarias e resoluções do INMETRO e da ANVISA, em vigor, no que couber;

10.1.23 Transportar os produtos em meio adequado para evitar a incidência solar sobre eles, ou quaisquer possíveis danos que venham a lesar o objeto;

10.1.24 Manter os produtos absolutamente higienizados e sem amassados, sem remendos e sem ranhuras, de forma que não comprometa a qualidade dos produtos fornecidos;

10.1.25 Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

10.1 Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia contratual nas contratações públicas é facultativa, ficando a critério da autoridade competente e condicionada à previsão expressa no edital, bem como à análise da complexidade técnica, do risco envolvido na contratação e do custo administrativo decorrente da exigência.

10.2 No presente caso, trata-se da aquisição de bens duráveis (utensílios), disponíveis no mercado e

com risco reduzido de inadimplemento, considerando a natureza do objeto e o seu fornecimento de forma imediata e integral.

10.3 Ressalta-se que o risco de descumprimento contratual pode ser mitigado por outros meios de controle que serão previstos no edital e no contrato, como o pagamento apenas após a prestação do serviço e sua aceitação definitiva, bem como a aplicação das sanções contratuais cabíveis em caso de inadimplemento.

10.4 Diante do exposto, não se recomenda a exigência de garantia contratual para a presente aquisição, por se tratar de contratação de objeto padronizado e disponível, o que está plenamente respaldado pelo disposto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

- 1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite do 30º (trigésimo) dia;
- 2. moratória de 0,6% (seis décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, após o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades, limitada ao 60º (sexagésimo) dia de atraso;

i. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.3. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da

sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, no processo de contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1 Conforme informado pelo NUOREM, no Despacho SEI nº 14270435, encontram-se devidamente indicadas a **Dotação Orçamentária** e as respectivas **disponibilidades orçamentárias** destinadas a atender aos contratos firmados com a Fundação Municipal de Saúde de Teresina, referentes ao exercício financeiro de 2026, nos seguintes termos:

Despesa : 339030

Material de

Consumo. Unidade:

002 - Fundo

Municipal de Saúde.

Ação Programática: 2 . 446 - Execução do Incentivo Financeiro da Rede de



Atenção Psicossocial. Ação Programática: 2 . 448 - Gestão e Manutenção das Maternidades Municipais.

Ação Programática: 2 . 570 - Gestão e Manutenção do Hospital de Urgência de Teresina. Ação Programática: 2 . 571 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU. Ação Programática: 2 . 572 - Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h.

Ação Programática: 4 . 133 - Gestão e Manutenção das Unidades da Atenção Especializada - Rede Própria.

Fontes de Recursos:

1600115 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

1659119 - Outros Recurso Vinculados à Saúde. - Serviços de Saúde.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA -DO REAJUSTE DE PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO**

15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 19/01/2026.

15.1.1. Caso este interregno seja superior a um ano, a empresa fará jus ao reajuste, se o requerer tempestivamente, ainda que não tenha transcorrido um dia sequer de aplicação do instrumento contratual.

15.2. Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I<sup>0</sup> = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

15.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

15.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

15.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

15.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial,

para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

15.8. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao Gestor do contrato promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

15.9. Quando o preço registrado, por motivo superveniente e devidamente comprovado, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Gestor do contrato deverá:

15.9.1. convocar o fornecedor visando à negociação para redução do preço e à sua adequação ao praticado pelo mercado;

15.9.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

15.9.3. Convocar os demais fornecedores para igual oportunidade de negociação.

15.10. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento e comprovação, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

15.10.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes da autorização do fornecimento ou da emissão da nota de empenho;

15.10.2. convocar os demais fornecedores para igual oportunidade de negociação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

16.1.0 O Contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.1.1. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

16.1.2. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.1.3. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

16.1.4. As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no Diário Oficial do Município de Teresina, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

19.1. Fica eleito o Foro do Município de Teresina (PI) para dirimir os litígios decorrentes da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, obedecidos os termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

19.2. E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual, o qual depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes e 2 (duas) testemunhas abaixo qualificadas.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS: